



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

DIMITRI MÁXIMO CAVALCANTI

**CRISES POLÍTICAS DOMÉSTICAS E SEUS IMPACTOS NA PARADIPLOMACIA:
UMA ANÁLISE DO CASO DOS EUA DURANTE OS GOVERNOS DE DONALD
TRUMP**

**João Pessoa
2026**

DIMITRI MÁXIMO CAVALCANTI

**CRISES POLÍTICAS DOMÉSTICAS E SEUS IMPACTOS NA PARADIPLOMACIA:
UMA ANÁLISE DO CASO DOS EUA DURANTE OS GOVERNOS DE DONALD
TRUMP**

Monografia apresentada ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Dr^a. Liliana Ramalho Fróio

João Pessoa
2026

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C376c Cavalcanti, Dimitri Maximo.

Crises políticas domésticas e seus impactos na
paradiplomacia: uma análise do caso dos EUA durante os
governos de Donald Trump / Dimitri Maximo Cavalcanti. -
João Pessoa, 2026.
48 f.

Orientação: Liliana Ramalho Froio Froio.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Paradiplomacia. 2. Crise política. 3. Governos
subnacionais. 4. Estados Unidos. I. Froio, Liliana
Ramalho Froio. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327(043)

DIMITRI MAXIMO CAVALCANTI

"CRISES POLÍTICAS DOMÉSTICAS E SEUS IMPACTOS NA PARADIPLOMACIA: UMA ANÁLISE DO CASO DOS EUA DURANTE OS GOVERNOS DE DONALD TRUMP"

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Relações Internacionais do Centro de
Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da
Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como
requisito parcial para obtenção do grau de
bacharel(a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em 30 de julho de 2026



Documento assinado digitalmente

LILIANA RAMALHO FROIO

Data: 10/08/2026 14:05:52-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Liliana Ramalho Fróio - (Orientador)

Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Documento assinado digitalmente

TULIO SERGIO HENRIQUES FERREIRA

Data: 10/08/2026 12:02:39-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira - (Membro 2)

Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Documento assinado digitalmente

DEBORA FIGUEIREDO MENDONÇA DO PRADO

Data: 10/08/2026 10:01:45-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Débora Figueiredo Mendonça do Prado - (Membro 3)

Universidade Federal de Uberlândia - UFU

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por me dar todas as condições de finalizar este ciclo, que nem sempre foi fácil, mas me trouxe ensinamentos que levarei para o resto da vida. Também agradeço à minha base, minha família. Ao meu pai, Hardman, que sempre fez o esforço de demonstrar a importância da educação na vida de uma pessoa e, através de seus ensinamentos, me transformou em alguém melhor. Muito obrigado por sempre me apoiar e nunca ter desistido de mim, mesmo quando eu não tinha forças para acreditar. À minha mãe, Irina, que sempre cuidou de mim e, com o maior zelo, me permitiu chegar nesta última etapa da graduação com a sensação de ser apoiado e amado incondicionalmente. À minha irmã, Alícia, que, além de ter se tornado uma companheira de curso, também é uma amiga inestimável e que qualquer pessoa teria a tremenda sorte de tê-la ao seu lado, por causa da sua inteligência e sensibilidade humana. Portanto, muito obrigado, principalmente a vocês três, que compõem meu núcleo familiar, o qual estimo e amo incondicionalmente. Eu não teria conseguido sem o apoio e amor que sinto por vocês.

Não menos importante, também agradeço aos meus avós: Francisca Queiróz (*in memoriam*), Adailton Candeia (*in memoriam*), Antoniel Máximo (*in memoriam*) e Solange Máximo. Além de terem sido pessoas que me amaram incondicionalmente, são exemplos que tento seguir em minha construção como ser humano, em virtude de suas trajetórias, renúncias e reivindicações. Mais importante que isso, transmitiram valores e visões de mundo para meus pais, que se tornaram pessoas que tomo como exemplo, no sentido de compaixão, altruísmo e respeito pelos demais. Eu também não conseguiria sem vocês, meus avós. Amo vocês para toda a eternidade. Aos meus tios, Christiane, Adailton Filho, Lyana, Antoniel Júnior e Mariana, muito obrigado pelos momentos de diversão e de conselhos. O seu apoio foi muito importante para a minha construção até esse momento.

À minha orientadora, professora Liliana Froio, que foi uma amiga especial durante esse processo e me deu condições de trabalhar ao seu lado em diferentes oportunidades. Ao professor Túlio, que, além de ser membro da banca, também foi um exímio professor de política externa e uma referência para mim. À professora Débora Prado, que aceitou participar da banca e contribuiu para o desenvolvimento do campo de estudos de paradiplomacia. Além desses, também deixo meu agradecimento aos professores do Departamento de Relações Internacionais por contribuírem com a minha formação e por impulsionarem o desenvolvimento de nossa área, que é imprescindível para o mundo atual. Logo, obrigado, professores Mojana, Daniel, Elia, Mariana, Pascoal, Henrique, Augusto Ielbo e Xaman.

Aos amigos que nasceram na universidade e agora ocupam um espaço imensurável em minha vida: Emídio, Ozires, Jordan, Calixto, Miró, Mateus Barros, Caio César e Vitor Meira. Muito obrigado por todos os momentos que compartilhamos juntos, pelos ensinamentos, por terem (em vários momentos) me ouvido reclamar, mas principalmente, por terem me apoiado a tornar-me quem sou hoje. Um realce especial a Emídio, Jordan e Ozires, que me mostraram o que são relações internacionais para além do campo acadêmico e por ensinarem que ideias, música e sentimentos rompem quaisquer fronteiras. Agradeço a vossa vida por isso, meus amigos. Aos demais amigos que fiz durante a graduação: Julia Santos, Cecilia, Thomaz, Pauline Fontaine, Joka, Camila Trajano, Jade, Gabriel Nóbrega, Hailla, Zin, Primo Júnior, Primo Vitor e Urano, muito obrigado pelo carinho compartilhado durante esta jornada.

To my Erasmus friends, such as Radu, Lender, Ivo, Matheus Lima, Lara, Lina, Matteo, Monika, Ula, Leandro, Felipe, Luana, Gustavo, Laura and many others, you've been incredibly important to me. I could say that you taught me practice while school was trying to teach me theory. Thank you for every moment, laugh and drink shared. I can't express how grateful I am that we have crossed paths, sometimes in the most random ways, and for that, I know we were meant to meet. Even if we're apart now, you still owe me a visit and I can't wait to see you again.

Por fim, agradeço a mim mesmo por ter feito desta jornada uma aventura, cheia de descobertas, aprendizados, reflexões e alegria.

RESUMO

Este trabalho analisa o impacto das crises políticas domésticas nos Estados Unidos sobre a paradiplomacia norte-americana, com enfoque nos mandatos de Donald Trump (2017-2021 e 2025-presente). O estudo investiga como a polarização e o redirecionamento da política externa em nível federal impulsionaram a atuação internacional de entes subnacionais. Os objetivos centrais consistem em: mapear as convergências e divergências entre as esferas de governo; compreender as dinâmicas da resposta paradiplomática frente à instabilidade política interna; e identificar as estratégias adotadas para contornar a agenda diplomática nacional. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, estruturada por meio de revisão bibliográfica e análise documental. Os resultados indicam que as rupturas promovidas pelo governo federal catalisaram uma diplomacia federativa reativa. Constatou-se que os governos subnacionais atuaram para preservar o status quo em pautas estratégicas, como meio ambiente, comércio e direitos humanos, consolidando coalizões transnacionais e iniciativas autônomas como mecanismos de resistência e mitigação de riscos institucionais.

Palavras-chave: Paradiplomacia; Crise política; Governos subnacionais; Estados Unidos; Donald Trump.

ABSTRACT

This paper analyzes the impact of domestic political crises in the United States on American paradiplomacy, focusing on Donald Trump's terms (2017-2021 and 2025-present). The study investigates how polarization and the redirection of federal foreign policy boosted the international engagement of subnational entities. The main objectives are to map the convergences and divergences between government levels, to understand the dynamics of the paradiplomatic response to internal political instability, and to identify the strategies adopted to bypass the national diplomatic agenda. Methodologically, this is a qualitative research structured through bibliographic review and documentary analysis. The results indicate that the disruptions promoted by the federal government catalyzed a reactive federative diplomacy. Subnational governments acted to preserve the status quo on strategic issues, such as the environment, trade, and human rights, consolidating transnational coalitions and autonomous initiatives as mechanisms of resistance and institutional risk mitigation.

Keywords: Paradiplomacy; Political crisis; Subnational governments; United States; Donald Trump.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 PARADIPLOMACIA NOS EUA E NO GOVERNO TRUMP.....	11
1.1 O FEDERALISMO NORTE-AMERICANO: ESTRUTURA POLÍTICO-INSTITUCIONAL E AUTONOMIA SUBNACIONAL.....	12
1.2 A PARADIPLOMACIA ESTADUNIDENSE: DINÂMICAS DE ATUAÇÃO, INSTITUCIONALIZAÇÃO E RESISTÊNCIA SUBNACIONAL.....	14
2 POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO TRUMP I SOBRE TEMAS SELECIONADOS.....	17
3 POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO TRUMP II SOBRE TEMAS SELECIONADOS.....	28
4 BALANÇO GERAL.....	36
CONCLUSÃO.....	42
REFERÊNCIAS.....	44

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso tem o intuito de investigar o tema “crises políticas domésticas e seus impactos na paradiplomacia dos EUA”. A relevância do tema encontra-se no entendimento de que, nas relações internacionais contemporâneas, uma nova gama de atores, além do Estado, surge para protagonizar diferentes situações na esfera internacional. São os casos das organizações internacionais, organizações não governamentais e empresas multinacionais. Além desses, estão inseridos os governos subnacionais de um país, que são o objeto de estudo desta pesquisa. Tais atores realizam aquilo que a literatura conhece por “paradiplomacia”, que, por definição, é a atuação internacional de entidades governamentais subnacionais dos Estados. Dessa forma, por reconhecer sua relevância no cenário internacional, uma vasta literatura sobre diferentes perspectivas paradiplomáticas tem sido produzida.

No entanto, observa-se que ainda há lacunas a serem exploradas, como a análise do impacto de crises políticas domésticas na atuação paradiplomática de atores subnacionais. Portanto, o presente estudo procura responder: “como crises políticas domésticas impactam a atuação paradiplomática de atores subnacionais nos EUA, durante os governos Trump?” por meio da análise do caso dos Estados Unidos da América (EUA), especificamente dos governos de Donald Trump (2017-2021) e (2025 - presente). Vale realçar que, na presente pesquisa, entende-se por “crise” as divergências entre o posicionamento do governo federal e o posicionamento de governos subnacionais analisados. Nesse sentido, para realizar a pesquisa, procurou-se delimitar os temas de análise: meio ambiente, questões de migração, relações paradiplomáticas com a China e pandemia. A escolha dos temas justifica-se pela sua relevância na esfera internacional hodierna, e que têm mobilizado diferentes atores e países. No caso da China, a escolha decorre em virtude do tensionamento das relações entre Washington e Pequim ao longo dos anos, principalmente nos mandatos de Trump. Sobre os governos subnacionais norte-americanos, não houve uma tentativa de definição prévia de casos a serem analisados. Optou-se pela investigação dos casos ao longo do desenvolvimento da pesquisa, conforme os casos relevantes fossem surgindo. Sendo assim, o critério foi de escolha de casos em que se identificavam respostas paradiplomáticas às ações de política externa de Donald Trump. Essas escolhas justificam-se em razão do objetivo da pesquisa, que esteve focado na compreensão das formas de resposta paradiplomática dos governos subnacionais, isto é, era preciso identificar casos em que houve reação dos governos.

Ademais, vale realçar que ocorreu o uso de inteligência artificial¹ na construção do trabalho. O uso manteve-se restringido ao auxílio de coleta de bibliografia, busca dos casos empíricos e como ferramenta de auxílio de escrita, visando enriquecer a coesão e fluidez do texto.

A presente pesquisa adota uma abordagem metodológica de natureza qualitativa e exploratória. Essa escolha é justificada pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre um fenômeno complexo (o impacto da crise política doméstica na paradiplomacia) em um contexto específico e delimitado: os Estados Unidos durante o primeiro e segundo mandatos do governo de Donald Trump. O caráter exploratório da pesquisa permite a busca por novos insights e a formulação de hipóteses, dado que a relação entre crises políticas domésticas e a paradiplomacia subnacional, especialmente no contexto norte-americano, ainda é um campo em desenvolvimento na literatura. Por meio de uma revisão bibliográfica, a pesquisa possibilita a análise detalhada das ações paradiplomáticas dos governos subnacionais em resposta à política externa do governo federal, permitindo uma investigação aprofundada das motivações, estratégias e resultados dessas iniciativas com base na produção acadêmica e documental existente.

O presente trabalho está fundamentado, portanto, em diferentes objetivos, sendo um geral e três específicos. De maneira geral, busca-se analisar o impacto de crises políticas domésticas na paradiplomacia dos EUA, isto é, compreender a relação entre os níveis de governo (nacional e subnacional) em razão de divergências em temas de política externa. Os objetivos específicos são: identificar os choques em razão do posicionamento do governo nacional; compreender como a paradiplomacia dos EUA funciona (atores, estrutura, organização) e como foi impactada diante do contexto político interno; e identificar as estratégias paradiplomáticas adotadas pelos governos subnacionais dos EUA em resposta à agenda de política externa do governo nacional. A realização de uma investigação sobre o tema é relevante, haja vista que permite compreender como os governos subnacionais dos EUA se comportam perante um cenário de crise doméstica. É entendido, neste presente trabalho, que os dois mandatos analisados (Trump I e II) são de natureza populista e de extrema-direita, de acordo com as definições de autores clássicos, como Cas Mudde (2022).

Dessa maneira, de forma mais precisa e objetiva, o trabalho busca verificar como governos populistas e de extrema-direita têm impactado a política externa dos seus Estados e

¹Foram utilizados Google Gemini e Claude para a realização do trabalho. Foram utilizados prompts para a coleta de bibliografia acerca da política externa dos governos Trump, além de prompts que buscavam auxiliar a busca dos casos empíricos (reações subnacionais) que estão presentes neste trabalho. Pontualmente, a inteligência artificial foi utilizada para reformular períodos do texto, visando uma maior coerência e fluidez de leitura.

afetado a atuação paradiplomática dos seus entes governamentais subnacionais. A partir do entendimento comum de que a paradiplomacia também é determinada pelos regimes políticos dos países, analisa-se, primeiramente, no Capítulo 1, o federalismo norte-americano para dimensionar o funcionamento paradiplomático nos EUA. Nesta seção do trabalho, houve uma revisão de literatura sobre o tema, que teve a contribuição de autores como Débora Prado (2013), que traz importantes contribuições a respeito do modelo federativo dual e cooperativo, autonomia estadual com limitação constitucional e participação internacional dos estados. Dessa forma, é possível compreender como a atuação internacional das unidades subnacionais está condicionada pela estrutura política dos EUA, além de como esse fator se comporta dentro dos limites estabelecidos pela Constituição norte-americana.

Além disso, a partir de um levantamento bibliográfico sobre o federalismo, foi possível compreender o regime político e a natureza da atuação paradiplomática dos Estados Unidos. A contribuição de Samuel Lucas McMillan (2008) foi fundamental para compreender as características da paradiplomacia norte-americana, além das motivações por trás dos estados e municípios que justificam as suas inserções internacionais. Em seguida, nos capítulos 2 e 3, investiga-se, respectivamente, a política externa do primeiro e do segundo mandato de Donald Trump, com foco em cada uma das áreas temáticas citadas anteriormente. Cabe ressaltar que o terceiro capítulo, que aborda o segundo mandato de Trump, não analisou a política externa no contexto pandêmico, visto que o mesmo já havia sido superado. O estudo da direção da política externa nas áreas temáticas mencionadas é importante para compreender a dimensão da atuação dos atores subnacionais norte-americanos.

No capítulo 4, buscou-se fazer um balanço geral do que foi apurado nos capítulos anteriores e verificar qual o impacto da atuação dos governos Trump na esfera internacional nas atividades internacionais dos governos subnacionais estadunidenses. Ao final, há o capítulo conclusivo do trabalho. No que concerne às fontes, além do levantamento bibliográfico, a pesquisa foi realizada por meio do acesso a sites governamentais, artigos de jornais e outros veículos de comunicação, em que se procurou visualizar a atuação paradiplomática dos atores subnacionais nos contextos governamentais delimitados e identificar impasses impostos pelo contexto de crise política doméstica na paradiplomacia. Como resultado, percebe-se que a atuação paradiplomática dos entes subnacionais pode servir como resistência e como uma diplomacia paralela, mostrando o protagonismo que outros níveis de governos de um Estado podem assumir no sistema internacional.

1 PARADIPLOMACIA NOS EUA E NO GOVERNO TRUMP

Anteriormente à discussão sobre a paradiplomacia nos EUA, é importante discorrer sobre as características gerais dos governos de Donald Trump, bem como indicar as formas de funcionamento do federalismo norte-americano, para fins de compreensão das relações intergovernamentais. Inicialmente, ressalta-se que, no presente trabalho, considera-se o governo Trump como populista e de extrema-direita, sendo necessária uma análise dessas características que o definem como tal para compreender como as mesmas impactam diretamente na configuração da paradiplomacia do país.

Em primeiro lugar, entende-se, por definição, populismo como “um conjunto de ideias que não apenas descreve a sociedade como dividida entre ‘o povo puro’ versus ‘a elite corrupta’, mas também afirma que a política se trata de respeitar a soberania popular a qualquer custo” (Mudde; Kaltwasser, 2018, p. 3). Isso pode ser observado na administração de Trump, haja vista seus discursos oficiais que tendem a polarizar a política doméstica, usando o Partido Democrata (oposição) como um bode expiatório para os problemas do país.

Trump dificilmente é o primeiro candidato a conduzir uma campanha polarizadora, mas a dele foi uma das mais polarizadoras e controversas na história recente. O que foi particularmente notável sobre a marca de polarização de Trump foi a sua ruptura com o conservadorismo tradicional e a sua cooptação do Partido Republicano (Jacobson, 2016, p. 228, apud Knuckey; Hassan, 2022, p. 2).

Não obstante, seus governos não se tratam somente de mandatos populistas, mas sim populistas e de extrema-direita. Esse segundo componente, vale ressaltar, adiciona o autoritarismo e nacionalismo aos discursos com ênfase na crítica ao multiculturalismo. O populismo de extrema-direita, portanto, politiza determinados temas, como a imigração e a globalização. Assim, os governos populistas de extrema-direita mobilizam o ressentimento político, identitário e cultural, associando a globalização e os fluxos migratórios à perda de direitos dos cidadãos locais. Em diversos discursos, Trump assume a lógica supracitada, o incorporando ao grupo de políticos que assumem esta característica, como observa-se, por exemplo, no seu discurso de posse em 2017 ou na retórica do muro com o México, em que a imigração foi enquadrada como invasão e as ideias de que imigrantes tomam os empregos dos locais. Vale realçar que sentimentos de ameaça são usados como ferramenta para garantir uma maior capitalização de seus discursos políticos, possibilitando a culpabilização de determinados grupos pelos problemas dos EUA. Dessa forma, temas como migração, terrorismo, força militar do país, direitos civis e problemas raciais foram capitaneados para aumentar sua influência durante as disputas eleitorais, dando maior margem às suas chances de vitória (Knuckey; Hassan, 2022). Mais que isso, significativamente, Trump obteve sucesso

na “securitização” de questões não tradicionalmente relevantes para autoritários, como a economia e o bem-estar social, colocando-as em termos sociais, culturais e morais (Magcamit, 2017, apud Knuckey; Hassan, 2022, p. 3). Isso é relevante pois deu ao chefe do poder executivo uma maior força decisória nestes temas, como se verá adiante.

Não obstante, é importante compreender que o grupo que é frequentemente rotulado como “direita”, em especial após a eleição de Donald Trump, não é uma entidade coesa (Crothers, 2019). Na verdade, ele é um “grupo poliglota” formado por diversas facções, como conservadores que se sentem desiludidos com o Partido Republicano, supremacistas brancos do movimento “*Alt-right*” e milícias armadas. Nesse sentido, Motta, Forner e Milani (2023) argumentam que o que une os diferentes grupos que compõem a nova direita norte-americana são a nostalgia de um passado sem valores liberais, desconfiança em relação às instituições internas e internacionais e o nacionalismo étnico. Essa heterogeneidade da direita norte-americana, portanto, deu margem ao presidente para atuar (tanto domesticamente quanto internacionalmente), assumindo posturas que refletem os interesses de tais grupos.

Além disso, vale ressaltar que suas propostas foram apoiadas dentro do contexto das eleições norte-americanas por profundas mudanças estruturais na economia pós-industrial, impulsionadas pela globalização e automação, que resultaram em uma crescente insegurança social e desigualdade econômica (Norris; Inglehart, 2016). Nesse contexto, a retórica populista de Trump, com promessas de reindustrialização e barreiras ao livre comércio, ressoou fortemente entre aqueles que se sentiam prejudicados pelo sistema. Portanto, esses foram alguns dos motivos responsáveis pela ascensão de Trump e como ele utilizou a “nova direita” estadunidense, além de discursos populistas, para cooptar votos e, enfim, tornar-se presidente.

1.1 O FEDERALISMO NORTE-AMERICANO: ESTRUTURA POLÍTICO-INSTITUCIONAL E AUTONOMIA SUBNACIONAL

Seguindo as características do seu governo e dos possíveis motivos para sua eleição, é importante compreender a estrutura política dos EUA para, enfim, entender a dinâmica em que a paradiplomacia se insere e seus limites. Vale ressaltar que cada país possui uma estrutura político-institucional, e esta dimensiona como os agentes subnacionais podem atuar interna e externamente, além do funcionamento da sua política externa.

Nos EUA, a estrutura política que rege o país e suas instituições é o federalismo. O federalismo, não obstante, é um sistema de governo que divide o poder entre o governo federal (central) e os governos estaduais e municipais. Essa estrutura foi criada para garantir a

autonomia das unidades federativas e, ao mesmo tempo, manter a unidade nacional. Mais que isso,

O modelo federal, ou de matriz, reflete um sistema político composto por arenas dentro de arenas, mantidas juntas por instituições de enquadramento comuns e uma rede de comunicação compartilhada. Suas origens se encontram na união deliberada de iguais para estabelecer uma estrutura governamental mutuamente útil, dentro da qual todos podem funcionar em pé de igualdade, geralmente definida por um pacto (Elazar, 1997, p. 239).

Além disso, é importante ressaltar que o federalismo norte-americano se baseia em um sistema de divisão de competências, que estabelece um equilíbrio dinâmico entre o poder do governo federal e a autonomia dos estados (Prado, 2013). Embora a Constituição dos EUA garanta a soberania das unidades federativas, a União detém a supremacia em questões de interesse nacional. O modelo se caracteriza, portanto, por poderes compartilhados, permitindo que ambos os níveis de governo atuem de forma simultânea e independente em áreas específicas, como a arrecadação de impostos e a criação de leis. Sobretudo, em uma situação de conflito, a hierarquia estabelece que a lei federal se impõe às demais leis (estaduais, municipais). Neste sentido, no federalismo norte-americano, os estados gozam de autonomia significativa para legislar e atuar em diversos campos, o que inclui alguns aspectos de sua vida internacional.

No entanto, essa liberdade é delimitada por restrições constitucionais, garantindo que as ações estaduais não entrem em conflito ou infrinjam as cláusulas da lei federal (Prado, 2013). É importante realçar que a atuação internacional dos estados norte-americanos pode gerar tensões e conflitos com o governo federal. Isso ocorre porque a paradiplomacia, ao levar governos subnacionais a celebrarem acordos ou adotarem posicionamentos em fóruns globais, ameaça a coerência e a unidade da política externa nacional (Prado, 2013). Como resultado, o Executivo federal pode enfrentar embaraços em negociações e organismos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), uma vez que as ações estaduais podem ser percebidas como contraditórias aos objetivos de política externa dos Estados Unidos. No caso das administrações de Trump, é possível visualizar com clareza o estabelecimento desta dinâmica, ou seja, a divergência entre o poder federal e os governos subnacionais. Nota-se, portanto, em áreas como meio ambiente, migração, relações com a China e questões relacionadas à pandemia, que a esfera federal e os governos estaduais e municipais se chocam diretamente pelo condicionamento da política externa do país.

Evidencia-se, logo, que o entendimento do sistema político do país é importante para compreender como a política externa do governo federal funciona, assim como para entender

os limites e possibilidades das unidades subnacionais, que, como se verá adiante, por muitas vezes, acabam entrando em conflito com a administração de Donald Trump em quesitos de política externa.

1.2 A PARADIPLOMACIA ESTADUNIDENSE: DINÂMICAS DE ATUAÇÃO, INSTITUCIONALIZAÇÃO E RESISTÊNCIA SUBNACIONAL

Em relação ao funcionamento da paradiplomacia norte-americana, primeiramente, é importante realçar que a paradiplomacia consiste em um fenômeno reproduzido em diferentes lugares do mundo, condicionado por regime político, composição dos entes subnacionais e regras constitucionais de um país. Justamente pela paradiplomacia se manifestar de diferentes formas, condicionadas por tais variáveis, compreender o funcionamento da paradiplomacia nos EUA torna-se um ponto-chave no presente trabalho.

Sob essa ótica, segundo McMillan (2008), em um estudo sistemático sobre o tema, afirma que a paradiplomacia estadunidense é multifacetada e orientada por uma combinação de interesses econômicos e políticos. A atuação internacional dos estados é focada, majoritariamente, na promoção de exportações, atração de investimento estrangeiro direto (IED) e fomento ao turismo. Nesse cenário, os governadores atuam como “embaixadores econômicos”, liderando missões internacionais e estabelecendo acordos bilaterais que buscam impulsionar o desenvolvimento de suas regiões (McMillan, 2008, *apud* Cavalcanti, 2025). Além disso, a paradiplomacia americana se destaca pela diversidade temática de suas agendas, que vai muito além da economia e inclui áreas como direitos humanos, meio ambiente, imigração, educação e até cooperação militar por meio da Guarda Nacional. Além de sua natureza diversificada, a paradiplomacia americana se destaca pela sua institucionalização parcial, mas em crescimento.

A atuação internacional dos governos subnacionais, embora não seja totalmente institucionalizada em todos os estados, tem se fortalecido com a criação de escritórios internacionais permanentes em capitais estratégicas, como Washington D.C., e em países estrangeiros. Muitos estados também estabeleceram secretarias de assuntos internacionais dedicadas a gerenciar suas agendas externas, e sua participação em fóruns multilaterais tem se tornado mais comum. Um exemplo notável é a rede C40 Cities, que reúne prefeitos de grandes cidades do mundo para enfrentar as mudanças climáticas. Por meio dessa plataforma, cidades como Nova York e Los Angeles atuam diretamente em questões globais, estabelecendo parcerias e comprometendo-se com metas ambientais, o que demonstra a

capacidade desses atores de influenciar o debate global, por vezes, de forma mais assertiva que seus respectivos governos federais.

Essa crescente institucionalização reflete o reconhecimento da importância da paradiplomacia como uma ferramenta para promover interesses econômicos, culturais e políticos de forma direta, sem a necessidade de mediação do governo federal (Cavalcanti, 2025). Além da sua institucionalização, a paradiplomacia americana se manifesta em diferentes escalas geográficas, segundo McMillan (2008). A atuação dos estados pode ser transfronteiriça, envolvendo o relacionamento direto com estados vizinhos de outros países, como no caso do Arizona e do México. Também se estende para uma escala transregional, estabelecendo parcerias entre estados que não compartilham fronteiras, a exemplo da relação entre a Geórgia (EUA) e a província de Ontário (Canadá).

Não obstante, a paradiplomacia norte-americana durante o governo de Trump sofreu algumas mudanças. Como aponta Albuquerque (2025), o federalismo norte-americano é marcado por oscilações entre cooperação e conflito, mas, em seu primeiro mandato (2017-2021), essa ambivalência foi fortemente tensionada, havendo uma radicalização do modelo dualista, em virtude dos diversos confrontos com os governos subnacionais. Ainda mais, houve, em momentos, uma disputa entre o presidente e outros políticos pelo protagonismo de ações estatais, o que caracteriza uma relação tensionada entre o governo federal e aqueles que praticam a paradiplomacia.

Esta complexa relação entre o governo federal e os entes subnacionais pode ser explicada pelo reflexo da política externa adotada pelo seu governo. Como se verá adiante, o condicionamento das relações exteriores dos EUA, durante o governo republicano analisado, contou com características como nacionalismo e isolacionismo. Essas mesmas características, segundo Albuquerque (2025), impulsionaram um cenário em que os governos subnacionais precisaram atuar de forma independente e, mais que isso, no contexto pandêmico:

A ausência de coordenação federal e o ceticismo científico da administração Trump forçaram estados e cidades a assumir responsabilidades [...] ampliando sua atuação internacional em busca de soluções (Albuquerque, 2025, p.90).

Além disso, nota-se um comportamento, por parte do governo federal, de deslocamento de responsabilidade. No contexto do seu primeiro governo, que atravessou a crise sanitária do Covid-19, a gestão de Donald Trump foi marcada por uma estratégia deliberada de *blame avoidance*, na qual o presidente buscava sistematicamente deslocar a responsabilidade pelas consequências da crise para os estados e seus respectivos governadores (Albuquerque, 2025).

Esse cenário escancara a relação tensa de Trump com os governos subnacionais, evidenciando que, diante da omissão federal, tornou-se urgente e necessária uma atuação mais expressiva desses estados no cenário internacional. Diante desta conjuntura, os estados passaram a negociar diretamente com outros países para garantir a defesa de seus objetivos domésticos.

Outra característica importante a notar-se a respeito do funcionamento da paradiplomacia no governo Trump foi a formação de alianças interestaduais, paralelas ao governo federal. Como a relação entre o presidente e alguns estados não era mutualística, os entes subnacionais passaram a formar coalizões entre si para administrar o vácuo deixado pela administração republicana, como, por exemplo, o *Western States Pact*. Ainda no contexto da pandemia, apesar de não declararem um afastamento explícito de Washington, os governadores deixaram claro, em nota conjunta, que priorizariam dados científicos e métricas de saúde coletivas em detrimento de decisões políticas para definir a reabertura (Cassidy, 2020).

Outro caso emblemático, importante de ser pontuado, é a *U.S. Climate Alliance*, uma resposta direta de governos subnacionais à saída dos EUA do Acordo de Paris. Por meio deste tipo de coalizão, a paradiplomacia norte-americana, portanto, opôs-se diretamente ao posicionamento oficial do governo federal. Esses tipos de atitudes por parte dos governos subnacionais evidenciam um protagonismo latente e uma capacidade estratégica para superar as adversidades geradas pelas falhas e omissões da administração federal. Além disso, é importante notar que a atuação de governos estaduais e municipais, no governo Trump, não foi marcada somente por vias diplomáticas, mas também jurídicas. Por exemplo, Albuquerque (2025) documentou casos em que os estados processaram a administração federal, como o estado de Nova York, em virtude da separação de famílias imigrantes. Fatos como este demonstram, mais uma vez, a falta de convergência entre os entes subnacionais e a administração de Washington, além de mostrar que a atuação dos primeiros procurou, em diferentes circunstâncias e instâncias, contornar as decisões empenhadas pelo segundo.

2 POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO TRUMP I SOBRE TEMAS SELECIONADOS

Como explicitado na introdução, a análise da paradiplomacia estadunidense no governo Trump será conduzida sob quatro eixos temáticos: pandemia, migração, China e meio ambiente. Desse modo, os objetivos do capítulo serão a descrição da política externa do governo Trump I (2017 - 2021), mais especificamente, a condução da política externa a respeito destes temas, além das reações dos entes subnacionais perante a condução das políticas adotadas pelo governo republicano.

O governo Trump (2017 - 2021) foi fundamentado por uma série de características importantes para compreender a sua atuação durante a pandemia da COVID-19. Nesse sentido, sua política externa foi caracterizada pela doutrina *“America First”* como um eixo orientador. Sob essa ótica, os interesses dos EUA eram supremos perante quaisquer compromissos internacionais. Dessa maneira, Trump reiterou seu compromisso com o nacionalismo por meio de slogans como *“Make America Great Again”*, *“America for Americans”* e *“America First”*. Todas essas expressões, em alguma medida, refletiam uma ênfase na soberania nacional, no protecionismo econômico e na priorização dos interesses dos Estados Unidos diante do cenário internacional (Albuquerque, 2025, p. 86).

Analisar o posicionamento do governo em sua política externa, portanto, é essencial para explicar seu comportamento no contexto da pandemia da COVID-19, já que se tratou de uma emergência global e compartilhada. Em um contexto de inseguranças compartilhadas, os EUA, com Trump e seu corpo administrativo no comando de Washington, não procuraram soluções para o problema na esfera internacional e tiveram um comportamento isolacionista, dando ênfase à soberania nacional e priorizando os interesses domésticos.

Aprofundando essa tendência, a política externa do governo Trump também contava com características que refletiam tendências unilaterais e contrárias ao multilateralismo. Em seu governo, os EUA abandonaram acordos e organismos multilaterais – como o Acordo de Paris, o Conselho de Direitos Humanos da ONU (Organização das Nações Unidas) e a Parceria Transpacífica –, sob a lógica de que tais fóruns colocavam os interesses nacionais americanos em segundo plano. Em suma, conforme Albuquerque (2025, p. 87), “Trump priorizou a soberania dos Estados Unidos, enfatizando a necessidade de defender os interesses americanos em um mundo percebido como hostil.” Aprofunda-se este entendimento ao verificar que “a sua retórica antiglobalista também atacava instituições multilaterais e o

modelo liberal de governança global” (Albuquerque, 2025, p. 87). Esse aspecto da política externa norte-americana reflete diretamente a postura adotada pelo governo durante a crise sanitária.

Ademais, um elemento central para apreender a lógica daquela gestão republicana durante o gerenciamento da pandemia é a ruptura com a tradição diplomática. Albuquerque (2025) descreve em seus escritos que os EUA deixaram de financiar a Ordem Liberal, o que significa que Trump passou a ter atitudes revisionistas hostis a essa ordem. Além disso, esse traço marcante da política externa também se refletiu no rompimento do governo com princípios que orientavam a ação externa do país durante décadas, como o engajamento internacional, a defesa do livre comércio e o suporte a estruturas multilaterais. A política externa de seu governo foi orientada por uma retórica populista que “rejeitava as premissas do liberalismo internacional e enfatizava a soberania nacional como princípio central” (Albuquerque, 2025, p. 87), acompanhada por uma visão dicotômica que diferenciava constantemente aliados e adversários dos EUA (Weiner, 2020). Por fim, outra característica que auxilia a compreensão da gestão do governo Trump durante a pandemia é o comportamento antiglobalista.

Dessa forma, com as características de sua política externa explícitas, pode-se compreender mais profundamente a gerência da pandemia por seu governo. Sua política externa, enviesada pelo lema “*America First*”, nesse sentido, atuou de forma a prevalecer perante qualquer esforço de coordenação global da crise da COVID-19. Isso fica explícito, portanto, em medidas como a retirada dos EUA da Organização Mundial da Saúde (OMS) enquanto o vírus circulava pelo mundo. Cumpre destacar que a OMS foi uma das principais instituições no combate à pandemia. À altura, Trump afirmou que a instituição foi pressionada pela China “para dar direcionamentos errados” sobre o vírus (G1, 2020) e que o mundo “está sofrendo agora como resultado dos malfeitos do governo chinês”. É preciso ressaltar, ainda, que, antes da retirada dos EUA, o governo republicano anunciou um corte de verbas para a instituição. Fica evidente, dessa forma, o tensionamento entre o seu governo e a instituição global que serviu para trazer direcionamentos e recomendações ao enfrentamento da crise sanitária. Por fim, o entendimento dicotômico da política externa de Trump (amigos x inimigos) também pesou na decisão, haja vista que a China foi uma variável crucial para justificar a saída de Washington da organização.

Outro ponto que deve ser sublinhado é o traço do antimultilateralismo. Os EUA, em outros momentos da sua história, principalmente após a II Guerra Mundial, adotavam um comportamento de liderança na coordenação de crises globais. Sob a administração Trump, há

uma guinada para o lado oposto a essa tendência, uma vez que seu governo minimizou a gravidade da crise e rejeitou diretrizes da OMS (Albuquerque, 2025). Desse modo, constata-se que o ceticismo nas instituições internacionais multilaterais traduziu-se no descompromisso sanitário internacional. Paralelamente, emerge outra característica governamental (presente tanto na realidade doméstica quanto na internacional) fundamental para explicar a atuação de Washington: o negacionismo científico. Esse ponto permite compreender por que Trump acreditou em medicações sem eficácia comprovada, promoveu a desmobilização nacional e transferiu a responsabilidade aos governadores pela não realização de testes.

Evidencia-se, portanto, a relevância de pontos característicos da política externa do governo republicano para compreender a condução e gerenciamento da pandemia. Essas características, fica claro, são importantes para explicar a dimensão do negacionismo e ceticismo quanto às instituições internacionais, como a OMS, e da própria gravidade do vírus que circulava. Logo, os comportamentos supracitados são um reflexo direto da indisposição dos EUA em tomar a liderança no combate de uma crise global, característica engendrada outrora pelo país. Ademais, a sinofobia – motivada pela lógica dicotômica amigo x inimigo – também foi um fator importante na compreensão do isolacionismo perante instituições que existem para mitigar situações como a pandemia da COVID-19.

Perante o gerenciamento da política externa acerca da emergência sanitária, houve a crescente mobilização dos atores subnacionais para lidar com esta questão. Vale mencionar, portanto, alguns casos que demonstram o protagonismo de cidades dentro deste cenário. Para o cumprimento deste objetivo, foram selecionadas fontes primárias que evidenciam a atuação paradiplomática dos entes subnacionais. Primeiramente, dado o grande problema de gerenciamento da crise, influenciado pelas ações de política externa e doméstica, nota-se a mobilização de sete estados, sendo esses: Nova York, Nova Jersey, Connecticut, Pensilvânia, Delaware, Rhode Island, Massachusetts. O objetivo deste agrupamento foi, basicamente, combinar o poder de compra destes sete entes federativos para, portanto,

(...) adquirir cerca de 5 bilhões de dólares em equipamentos e suprimentos médicos, incluindo ventiladores e equipamentos de proteção individual, para tentar compensar a falta de uma infraestrutura centralizada de aquisição durante a pandemia da COVID-19 (Pifer, 2020, n.p, tradução nossa).

A ação, não obstante, foi motivada pelas tensões entre o presidente Donald Trump e os estados que demandavam uma liderança do governo federal na resposta à COVID-19. Diversos governadores solicitaram que a administração centralizasse as aquisições por meio

da FEMA (*Federal Emergency Management Agency*) para coordenar os pedidos e a distribuição de equipamentos para as áreas de maior necessidade.

Isto é relevante no que toca à coordenação da crise sanitária pelo governo federal, mas também demonstra como esses entes subnacionais passaram a enfrentar a situação de calamidade, assumindo um papel central na pandemia do Covid-19. Outro caso de importante menção é o do Estado de Illinois. O governador JB Pritzker, em primeiros momentos, tentou manter a cordialidade perante a atuação do governo federal em relação ao gerenciamento da crise sanitária. No entanto, quando percebeu a inação e a falta de suprir as necessidades dos entes subnacionais (seu estado incluso), Pritzker passou a rechaçar Donald Trump. Por este mesmo motivo, o governador democrata logrou êxito em atrair a atenção do presidente em relação à situação do estado, permitindo que os dois negociassem e, no fim da reunião, o republicano prometeu ao estado de Illinois 250.000 máscaras e 300 respiradores, itens essenciais para o combate do vírus e garantia da sobrevivência dos cidadãos (WTTW, 2020). Como mencionado anteriormente, a política externa do país durante este período, seguia uma série de pontos, sendo um distanciamento da China. Não obstante, apesar da política externa do país seguir estas características, os entes subnacionais não seguiam o mesmo direcionamento da Casa Branca. Segundo Klebnikov (2020), o mesmo governador de Illinois, Pritzker, realizou uma compra secreta de 174 milhões de dólares, na qual foram fretados voos vindos da China. O objetivo, finalmente, era a compra de máscaras, luvas, óculos de proteção e respiradores, para justamente combater o vírus. Não é errado afirmar, portanto, que os governos subnacionais, como exemplificado, passaram a atuar para preencher a lacuna deixada pela inação (ou pelas escolhas) do governo federal, no contexto da pandemia (Albuquerque, 2025).

Outras áreas, além da saúde pública, foram afetadas pelo redirecionamento da política externa norte-americana durante a primeira permanência de Trump em Washington. Como explicitado anteriormente, a política externa de seu governo seguia diretrizes específicas, ocasionando um comportamento que destoava de administrações anteriores. Essas ações refletiram também em pautas ambientais e na agenda climática global, causando rupturas ideacionais e normativas. Em seu texto, Bomberg (2021) aponta que a diretriz de política externa “*America First*”, consolidada no governo de Donald Trump, é de suma importância para compreender ações como a saída dos EUA de acordos internacionais multilaterais, como o Acordo de Paris. Trump, enquanto chefe do executivo do país, considerava tal acordo como uma desvantagem econômica para os EUA. Sob a sua ótica, portanto, o país financiava uma estrutura de conservação do meio ambiente sem receber a contrapartida devida, evidenciando

uma visão na qual os ganhos relativos importam. Fica evidente, de modo correlato, uma característica central da política externa de Donald Trump: a soberania nacional e os interesses próprios acima de quaisquer compromissos internacionais. Seguindo a mesma lógica, seu governo também foi responsável pelo corte de financiamento de instituições voltadas à proteção ambiental, como o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e o Fundo Verde para o Clima — este segundo atuando como um mecanismo de assistência para países em desenvolvimento (Bomberg, 2021).

Além disso, outro ponto de convergência entre a gestão da pandemia e a agenda do meio ambiente é o negacionismo científico, cujo impacto na governança climática foi profundamente negativo. Segundo Bomberg (2021), o presidente atuou de forma a relativizar ou desacreditar a ciência por meio de suas redes sociais. Esse direcionamento político afetou diretamente a agenda climática global, uma vez que uma das principais potências do mundo passou a ser conduzida por uma liderança negacionista. Este posicionamento também gerou reflexos imediatos na esfera doméstica:

Uma série de pesquisas de opinião pública durante o mandato de Trump demonstram nitidamente uma queda na confiança nos cientistas e crescentes dúvidas sobre a ciência que fundamenta as mudanças climáticas, especialmente entre os republicanos (Bomberg, 2021, p. 637, tradução nossa).

Portanto, além de desestabilizar a credibilidade científica, Trump institucionalizou retrocessos para embasar as decisões que fortaleciam o isolacionismo norte-americano. Evidencia-se, ainda mais, a retórica populista e a lógica amigo-inimigo ao analisar o comportamento dos EUA na agenda ambiental global. O chefe do executivo passou a usar a política ambiental como uma arena de conflito, transformando-a em uma disputa cultural e identitária. Retomando as ideias de Albuquerque (2025):

A política exterior de Donald Trump foi fortemente influenciada por uma retórica populista que rejeitava as premissas do liberalismo internacional e enfatizava a soberania nacional como princípio central. Uma outra leitura [...] é a de Weiner (2020), que vai argumentar que essa abordagem pode ser compreendida a partir das ideias de Carl Schmitt, que via a política como uma constante distinção entre amigos e inimigos (Albuquerque, 2025, p. 87).

Essa postura manifestou-se claramente na instrumentalização de narrativas de ressentimento social e setorial internamente:

A narrativa de Trump sobre os combustíveis fósseis fazia parte de uma estratégia mais ampla de inflamar ressentimentos, especialmente os de homens brancos que ansiavam pelos dias 'em que a sociedade americana era menos diversa' e as hierarquias eram claras. (Bomberg, 2021, p. 638, tradução nossa).

Além disso, externamente, a lógica dicotômica amigo-inimigo tornou-se explícita no comportamento de seu governo perante a política ambiental internacional. “Quando não negava os problemas ambientais e climáticos, a narrativa de Trump sistematicamente transferia a culpa para outros (as mudanças climáticas eram uma 'fraude chinesa')” (Bomberg, 2021, p. 638, tradução nossa). Fica claro, portanto, que seu governo utilizou blindagens ideológicas para minar problemas compartilhados, neste caso, o meio ambiente. O direcionamento da política externa norte-americana ficou condicionado a esses alinhamentos, o que justifica casos empíricos como o corte de financiamentos para organismos ambientais e a retirada de compromissos multilaterais, a exemplo do Acordo de Paris.

Outro tópico fundamental foi o dismantelo institucional ocorrido no período. Uma das ações iniciais de Trump enquanto chefe do executivo foi nomear negacionistas do clima e representantes do setor petrolífero para postos-chave. A nomeação de Scott Pruitt para chefiar a *Environmental Protection Agency* (EPA) é o exemplo máximo dessa conduta (Bomberg, 2021). Cumpre destacar que Pruitt era um crítico fervoroso da própria agência que passou a comandar. Além disso, houve um esvaziamento sistemático das agências científicas por meio de cortes orçamentários unilaterais, o que acarretou o déficit e a paralisia da produção científica estatal. Para repor as perdas humanas e técnicas, a administração nomeou representantes da indústria privada para ocupar as vagas remanescentes. Essa desestruturação causou um impacto direto na política externa, pois os EUA perderam temporariamente a capacidade técnica e institucional para liderar ou subsidiar negociações climáticas globais.

Esse esvaziamento do Estado acabou por aprofundar o traço isolacionista da política externa do país, que cedeu espaço de liderança nos fóruns ambientais internacionais. Não obstante, o afastamento de Washington das mesas de negociação abriu uma janela de oportunidade para a atuação dos governos subnacionais. Como o chefe do executivo estava desengajado e retirava o país das arenas políticas ambientais, iniciativas de inserção internacional foram engendradas de maneira descentralizada por outros atores:

O então governador da Califórnia, Jerry Brown, acompanhado de Jay Inslee, governador de Washington, e de Andrew Cuomo, de Nova York, anunciou a construção de uma aliança de estados comprometidos com o cumprimento do Acordo de Paris (Prado; Lopes, 2019, p. 58).

Uma das alianças mais emblemáticas deste aspecto é a *U.S. Climate Alliance*, formada por 24 estados e Porto Rico, sendo sua missão mostrar que “os estados podem liderar as ações climáticas, enquanto promovem o desenvolvimento de economias de energia limpa, melhoram a saúde pública e constroem comunidades mais resilientes” (Green, 2019, n.p,

tradução nossa). Tal iniciativa emplacou algumas ações que demonstram a oposição ao governo federal, como estabelecer objetivos para diminuir a emissão de gases CFCs, criação de legislação que procura desenvolver políticas de energia renovável, tentativa de redução de energia, políticas que estimulam o uso de veículos elétricos em contraste dos veículos movidos a combustão, o financiamento de comunidades resilientes que utilizam energia limpa, além do desenvolvimento de ferramentas para ajudar o Estado a endereçar as mudanças climáticas (Green, 2019).

Portanto, constata-se que o protagonismo internacional dos governos subnacionais nos EUA consolidou-se como um reflexo direto da condução das relações exteriores sob a administração Trump. Esse fenômeno decorre do tensionamento entre o governo federal e as unidades federativas, as quais buscaram manter o status quo de agendas globais estruturantes (como a ambiental) frente a um projeto de poder nacional que rompeu drasticamente com os consensos vigentes até então (Prado; Lopes, 2019).

As relações com a China são um ponto central da política externa de Donald Trump. No início dos laços sino-americanos, estruturou-se o paradigma do engajamento, nutrido após o reconhecimento de Pequim em 1979 e consolidado no fim dos anos 1990, com o fortalecimento do comércio bilateral e a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) (Ashbee; Hurst, 2021). Com o passar dos anos, um novo modelo foi adotado, dessa vez protagonizado pelo governo de Barack Obama. A política do *Pivot to Asia* tinha como objetivo exercer pressão geopolítica, diplomática e econômica para conter a ascensão chinesa. Contudo, a permanência de traços do paradigma precedente coexistiu com a urgência de rivalizar com Pequim, dada a sua expansão exponencial.

Esse espírito de competição retornou ainda mais forte com a eleição de Trump. Em seu primeiro governo, o republicano inseriu os EUA em uma linha de política externa mais hostil (Ashbee; Hurst, 2021), materializada no início de uma guerra tarifária baseada em medidas protecionistas e na imposição unilateral de tarifas. Esse posicionamento foi formalizado pelo acordo comercial *Phase One Trade Deal*, em janeiro de 2020. Não obstante, essa postura estendeu-se para além da economia, atingindo sanções e restrições tecnológicas. O Congresso norte-americano aprovou leis que visavam ao controle de investimentos estrangeiros (FIRRMA) e procuraram limitar a exportação de tecnologia de duplo uso (ECRA) (Ashbee; Hurst, 2021). Tais medidas refletiam diretrizes como o *America First*, em que os interesses dos EUA sobressaíam a qualquer compromisso multilateral.

Este direcionamento não se limitou a barreiras econômicas e tecnológicas, mas semeou uma desconfiança profunda em relação a um dos seus principais parceiros comerciais.

Ashbee e Hurst (2021) apontam que Washington e suas agências de inteligência e defesa, como o FBI e o Departamento de Defesa, passaram a confrontar a China, acusando o Partido Comunista Chinês (PCC) de espionagem transnacional. Esse cenário alimenta a lógica dicotômica em que os EUA traçam suas políticas sob o parâmetro “amigos-inimigos”, posicionando Pequim como uma ameaça potencial. Além disso, observa-se que a política externa norte-americana atua de forma oscilatória:

A política externa dos Estados Unidos da América (EUA), desde a adoção de sua Constituição em 17 de setembro de 1787, oscilou entre duas abordagens distintas. Essas duas abordagens são o isolacionismo (desinteresse pelos conflitos mundiais) e o intervencionismo (o compromisso com valores ou alianças específicos, o que implica o envolvimento nos assuntos internacionais) (Pedraza, 2022, p. 1, tradução nossa).

Assim, nota-se que, em seu primeiro mandato, Donald Trump, apesar de adotar uma postura isolacionista e cética em relação ao multilateralismo, manteve a lógica oscilatória histórica: “Durante seu mandato, a política externa do presidente Trump inclinou-se para uma abordagem bilateral na resolução das questões mundiais. Seu principal objetivo era colocar os interesses dos EUA acima de tudo em todos os assuntos internacionais.” (Pedrazza, 2022, prefácio). Essa premissa traduziu-se na relação com Pequim. Embora a China seja um dos pilares da economia global, o relacionamento mútuo foi marcado por disputas, com destaque para a guerra tecnológica. De acordo com Pedrazza (2022), a tecnologia é o componente mais crítico da economia dos EUA. Nesse sentido, o governo Trump buscou restringir a compra de tecnologias por empresas estatais chinesas e impedir que companhias americanas transferissem know-how ao rival, prática de transferência forçada que o governo chinês negou, enquanto priorizava o desenvolvimento científico nacional. Fica evidente, portanto, que as diretrizes isolacionistas, o ceticismo multilateral e a lógica dicotômica de Washington moldaram o tratamento dado a Pequim, subjugando a elevada importância econômica e a parceria comercial entre as duas potências.

Diante deste cenário, os entes subnacionais foram pressionados por uma retaliação econômica da China. Em 2019, em resposta ao condicionamento da política externa dos EUA, Pequim anunciou tarifas que impactaram a produção de produtos alimentícios nos estados do meio-oeste. Como uma consequência direta, estados como Colorado passaram a ver uma queda grande de suas receitas de exportação, em virtude da perda de competitividade de seus produtos, em especial a soja, acarretando no aumento da produção de milho. O aumento exponencial de milho no mercado interno, logo, provocou, mais uma vez, a queda de receita dos produtores agrícolas da região (Chuang, 2019). Portanto, diante do cenário criado,

Autoridades do Colorado vêm buscando novos parceiros comerciais que não estejam envolvidos nas disputas comerciais dos EUA. Lipetzky, do Departamento de Agricultura do estado, afirmou que membros da equipe de marketing da agência estiveram recentemente na American Food and Beverage Show em Miami, que contou com compradores do Caribe e das Américas Central e do Sul (Chuang, 2019, n.p, tradução nossa).

Compreende-se, sob essa ótica, uma tentativa do Colorado de inserir-se no mercado internacional sem entrar em conflito com as diretrizes da política externa norte-americana, procurando outros parceiros que estão fora do embate comercial travado por Washington. Isso, não obstante, também pode ser percebido como uma tentativa de um ente subnacional em se inserir na arena internacional de forma a contornar as políticas propostas pela administração de Donald Trump. Ou seja, é um caso que demonstra a tentativa de um ente subnacional não entrar em conflito direto com este governo.

Em um outro cenário, foi observada a mesma lógica de impacto de produção em virtude da retaliação de tarifas de Pequim. “Quando se trata do comércio com a China, um mercado gigante e em crescimento, bilhões de dólares e dezenas de milhares de empregos estão em jogo na Califórnia.” (Groves, 2019, n.p). Inegavelmente, a conexão entre o estado norte-americano e o país asiático é importante. Desse modo, o ente subnacional foi afetado, haja vista a retaliação de tarifas de Pequim em produtos como amêndoas e vinhos, que impactou a produção local, gerando um excedente e acúmulo de estoque. Como reação,

Kounalakis chefiará um novo comitê interinstitucional sobre desenvolvimento estadual e comércio, trabalhando em conjunto com o consultor econômico de Newsom, Lenny Mendonca, ‘para fortalecer nossas relações exteriores e avançar nossos interesses no exterior’ (Groves, 2019, n.p, tradução nossa).

É possível visualizar, portanto, atitudes autônomas da Califórnia para tentar reconfigurar o cenário impactante das tarifas impostas por Pequim no estado, demonstrando que os entes subnacionais, mais uma vez, procuram contornar a conjuntura criada pelo direcionamento de Washington e sua política externa perante as relações sino-americanas.

Outro tema de análise no presente trabalho é a questão migratória no governo Trump. Nesse sentido, é possível observar que esta questão foi permeada pela diretriz America First, haja vista que, nesse governo republicano, houve a recusa em interpretar as questões migratórias como um problema compartilhado, mas sim como uma externalidade indesejada, com a “solução” do problema sendo dada unilateralmente por Washington. Serve-se como exemplo, dentro do contexto doméstico do país, seus primeiros dois anos de mandato, nos quais foram implementadas 427 mudanças regulatórias, ordens executivas e memorandos administrativos (Soares, 2022).

Não obstante, a sua política externa foi estridente ao observar o que se passou ao longo dos anos de seu primeiro mandato. O México, por exemplo, foi pressionado a reforçar sua segurança fronteiriça e aceitar o retorno de migrantes vindos da América Central como condição para evitar sanções econômicas. Este fato reflete diretamente na diretriz de política externa norte-americana, que preza os seus interesses nacionais acima de quaisquer condições, mesmo que isso signifique sancionar um país vizinho. Ademais, países do Triângulo Norte (Guatemala, Honduras, El Salvador) foram pressionados a firmar acordos bilaterais com os EUA que desafiaram princípios de responsabilidade compartilhada e solidariedade internacional (Bolter; Israel; Pierce, 2022 apud Soares, 2022). Tais fatos deixam de forma explícita a prática da diretriz *America First* como moldura da política externa sobre questões migratórias.

Sob essa ótica, o governo Trump logrou êxito em agir de tal forma devido ao processo de securitização atribuído às questões migratórias. Em seu governo, houve a radicalização da lógica migratória, que já era alimentada em virtude do atentado terrorista de 11 de setembro (Soares, 2022). Essa questão pôde ser finalmente concretizada em virtude do perfil dos seus eleitores:

Mais da metade (55%) dos eleitores que apoiavam Trump afirmavam que os imigrantes ilegais eram mais propensos do que os cidadãos norte-americanos a cometer crimes graves. Além disso, 50% desses eleitores viam os imigrantes como um peso para o país, em oposição à ideia de que contribuiriam positivamente para a sociedade (Pew Research Center, 2016, apud Soares, 2022, p. 99).

Em virtude de uma grande massa de apoiadores, Trump pôde, então, radicalizar a securitização do tema migratório, permitindo uma atuação externa que pressionava outros países a agir de acordo com seus interesses.

No entanto, percebe-se que os entes subnacionais, mais uma vez, não agiram com parcimônia em relação aos direcionamentos da administração de Washington. De acordo com Robbins (2017), prefeitos ao redor do país reagiram com indignação quando o presidente afirmou que suspenderia o financiamento de municípios que não cooperassem com as autoridades de imigração. As “cidades santuário”, vale ressaltar, são municípios que optam por não cooperar deliberadamente com as autoridades de imigração, como o ICE (Immigration and Customs Enforcement). Um exemplo que ilustra a situação descrita é o do então prefeito de Nova York, Bill de Blasio, que ameaçou processar a administração federal pelos cortes de verbas e afirmou que a polícia local não iria agir como agentes de imigração, alegando que isto reduziria a confiança das comunidades imigrantes em relação à instituição e os desencorajaria a relatar crimes e recorrer à polícia em casos emergenciais (Politico, 2017).

Além disso, em resposta às políticas anti-imigração do governo republicano, diversas cidades se uniram em uma coalizão denominada Cities for Action (C4A), que preza pela defesa dos direitos e política pró-imigrantes. Em 2017, houve mobilização por parte das cidades norte-americanas como Atlanta, Boston, Chicago, Houston, Los Angeles, Nova York, Filadélfia e São Francisco , dentro do contexto da coalizão, em que seus respectivos prefeitos declararam conjuntamente o descontentamento e oposição em relação à ordem executiva emitida por Trump contra as cidades santuário. Iniciativas como esta mostram o protagonismo de entes subnacionais em contestar as decisões de Washington em relação às políticas migratórias.

3 POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO TRUMP II SOBRE TEMAS SELECIONADOS

A política externa, em seu segundo governo, é o ponto-chave deste capítulo para compreender como os entes subnacionais têm reagido perante as ações políticas de Donald Trump. Nota-se, em uma primeira instância, uma repetição de características do primeiro mandato, no entanto, com certas modificações. De acordo com os estudos de determinados autores:

A ambiciosa agenda nacionalista de Trump tem efeitos prejudiciais sobre a imagem dos Estados Unidos como líder da ordem internacional liberal, que o país vem liderando há décadas. As políticas nacionalistas de Trump projetam uma imagem dos Estados Unidos voltada para dentro, indiferente às questões do sistema internacional (Zuo-Kom, 2026, p.38, tradução nossa).

É perceptível, portanto, a descrença no multilateralismo, algo que remete ao direcionamento de sua política *America First*. Como reiterado anteriormente, é uma política que condiciona, utilizando da perspectiva nacionalista, a política externa. Nos primeiros 100 dias de sua nova administração, o presidente assinou uma série de ordens executivas que sublinham a tendência nacionalista de seu governo mais uma vez.

No primeiro dia de seu mandato, houve a assinatura de uma ordem executiva que suprimia o financiamento de organizações multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), um sinal evidente de que a sua administração distancia-se do multilateralismo novamente (Zuo-Kom, 2026). Outro ponto importante a ser salientado é a utilização de seu slogan "*Make America Great Again*" como um guia de sua condução política. Esta diretriz do governo republicano é importante por realçar “a defesa dos interesses nacionais e da segurança dos EUA, o protecionismo econômico, a valorização dos valores tradicionais americanos e a redução da imigração irregular” (Ochao De Olza, 2025, *apud* Zuo-Kom, 2026, p.35). Ao verificar a condução da política norte-americana nestes termos, portanto, é possível visualizar uma repetição de tendências de seu primeiro governo.

Além desta característica, é possível perceber uma política externa muito condicionada ao expansionismo e ao imperialismo. O presidente norte-americano, ao assumir o seu segundo mandato, expressou em diferentes momentos a vontade de controlar e influenciar áreas que, segundo o próprio, são de interesse nacional (Zuo-Kom, 2026). É possível verificar, sob essa ótica, que o seu desejo em anexar a Groenlândia, além do controle da Venezuela, após a invasão e deposição de Nicolás Maduro, são fatos que confirmam esta tendência do presidente

norte-americano e sua condução da política externa. Não obstante, é tão tangível esta característica que as relações entre os EUA e países como Canadá, México e Dinamarca, por exemplo, foram deterioradas durante o seu governo. É importante mencionar ainda que Trump tem a tendência de utilizar uma retórica específica:

Os traços pessoais contraditórios do presidente Trump também se traduzem no conteúdo contraditório de sua política externa. Isso se reflete em seu desejo de alcançar a paz nos conflitos entre a Ucrânia e a Rússia e entre Israel e a Palestina, e, ao mesmo tempo, em seu uso de uma retórica que, ao contrário, aumenta a tensão internacional (Zuo-Kom, 2026, p. 36, tradução nossa).

Além desta tendência, podemos observar um novo engajamento dos EUA em guerras comerciais. Houve uma ampliação de alvos, reforçando a tendência de Trump de ser um líder que gera confrontos com outros países. Em abril de 2025, houve um tensionamento nas relações sino-americanas, algo que já foi observado no antigo mandato. Este tensionamento, vale realçar, foi causado por tarifas sobre importações chinesas, o que acabou iniciando uma guerra comercial entre os dois países. Dessa forma, os EUA, sob Trump, acabam desenvolvendo uma postura confrontacional e protecionista, haja vista a condução da política externa por Washington (Zuo-Kom, 2026).

Esta tendência, segundo autores como Böller e Wiedekind (2025), está alinhada com a decadência do patrocínio norte-americano frente à Ordem Liberal Internacional, que foi substituída por uma postura que prioriza os interesses materiais e o transnacionalismo indiferente como paradigmas orientadores da política externa norte-americana.

A política externa de Trump abandonou as normas diplomáticas estabelecidas, privilegiando escolhas estratégicas transacionais e centradas no interesse nacional, caracterizadas pelo nacionalismo econômico e por uma ênfase explícita no poder material bruto (Böller; Wiedekind, 2025, p. 579, tradução nossa).

Vale salientar que esta mudança está para além da retórica do presidente, pois as tarifas (ferramenta utilizada para pressionar nações mais fracas aos interesses nacionais dos EUA) impostas aos demais países acabam minando as relações multilaterais e bilaterais de Washington, além de, concomitantemente, minar o pilar econômico da Ordem Liberal Internacional, que é baseado em regras do livre-comércio (Böller; Wiedekind, 2025).

Vale notar que, em alguns aspectos, existe a continuação de políticas já propostas em seu primeiro mandato, como o paradigma *America First*. No entanto, há diferenças claras em relação ao primeiro mandato: “(...) o ambiente político interno nos EUA é notavelmente mais propício a mudanças políticas unilaterais e disruptivas em 2025 do que era em 2017” (Böller; Wiedekind, 2025, p. 579, tradução nossa). Esta mudança pode ser explicada pela diminuição

da contestação institucional doméstica. Diferentemente de quando republicanos e democratas se uniram no Congresso para barrar propostas de política externa de Trump, como cortes em ajuda externa e a aproximação com a Rússia, atualmente não se observam críticas ou contenções legislativas bipartidárias (Tama, 2021, *apud* Böller; Wiedekind, 2025). Não obstante, “a visão de mundo trumpista permaneceu bastante consistente, e o segundo mandato do presidente é caracterizado por uma coerência ideológica mais acentuada e uma estratégia mais clara do que em seu primeiro governo.” (Böller; Wiedekind, 2025, p. 581, tradução nossa).

Diante deste cenário, cabe analisar agora a política externa do governo Trump II perante os temas selecionados, começando pelo meio ambiente. Segundo Sun e Ye (2025), os EUA estão se retirando das ações climáticas neste segundo mandato, algo que já foi observado em seu primeiro governo. Isso se concretiza com a retirada do país do Acordo de Paris e o cancelamento do financiamento de seu programa de clima internacional, além do apoio a políticas que visam à exploração de gás e óleo, vistas como danosas ao meio ambiente. Sob essa ótica, apesar de o primeiro mandato de Trump ter impactado a agenda climática estadunidense, tais medidas foram essencialmente regulatórias, e não estruturais, tornando-se vulneráveis à reversão por governos posteriores. Contudo, a partir de sua recondução ao poder em 2025, a diretriz *America First* instituiu retrocessos ambientais de forma muito mais rápida, sistemática e impositiva do que no período anterior. (Jotzo et al., 2018, *apud* Sun; Ye, 2025). Ações que ilustram o ponto citado são a assinatura de decretos que tiram os EUA do Acordo de Paris, suspensão de dispositivos relacionados ao clima da Lei de Redução de Inflação, além da instrução da Agência de Proteção Ambiental de reconsiderar a determinação científica e jurídica que serve de base para a regulamentação das emissões de gases de efeito estufa nos termos da Lei do Ar Limpo (Sun; Ye, 2025).

Vale salientar o dismantelamento institucional e retórico, como outras medidas que corroboram uma posição mais severa de sua administração em relação ao meio ambiente. Referências às mudanças climáticas ou à justiça ambiental foram removidas dos *websites* federais, e os programas que apoiam a adaptação de atores à agenda do clima, as avaliações e a divulgação de riscos tiveram seu financiamento cortado ou foram suspensos.

Essas medidas sinalizam uma mudança sistemática no sentido do dismantelamento estrutural, visando não apenas as regulamentações climáticas, mas também os fundamentos jurídicos, científicos e institucionais subjacentes dos quais dependem as ações climáticas (Sun; Ye, 2025, p. 355, tradução nossa).

Além disso, ao tornar-se chefe do executivo, Trump congelou por 90 dias o fundo de assistência ao desenvolvimento estrangeiro, além de anunciar o fechamento da *U.S. Agency for International Development* (USAID), acarretando cortes financeiros de quase US\$ 1,2 bilhão de dólares, relacionados à mudança climática. Verifica-se, além do mais, a visão de Trump em relação às mudanças climáticas; para o presidente, o financiamento à agenda climática global é uma transação soma-zero, que somente beneficia outros países às custas dos EUA (Sum; Ye, 2025).

Apesar do cenário descrito no nível federal, é importante ponderar a atuação dos atores subnacionais perante o que se desenha na atual administração. É possível verificar a atuação no nível subnacional de 24 estados ao formarem a *U.S. Climate Alliance*, que representa quase 60% da economia nacional. A coalizão afirmou o comprometimento em relação às pautas ambientais e o planejamento para reduzir emissões consideravelmente, apesar de o cenário ser distinto no nível federal (*U.S. Climate Alliance*, 2025 *apud* Sun; Ye, 2025). Além disso, podemos verificar algumas reações de entes subnacionais, como o governo da Califórnia, que, em março de 2026, reuniu-se com a vice-presidente executiva da Comissão Europeia para firmar uma Transição Limpa, Justa e Competitiva, reforçando o compromisso com a ação climática e a necessidade de acelerar a transição global rumo à neutralidade de carbono (Califórnia, 2026). Outro exemplo, em fevereiro de 2026, o mesmo governo (representado na figura de Gavin Newsom) e o secretário de Estado britânico de Segurança Energética e Zero Líquido, Ed Miliband, assinaram um memorando de entendimento aprofundando uma cooperação bilateral sobre o clima. Resultou do encontro o investimento de quase US\$ 1 bilhão em empresas e projetos da Califórnia voltados para a proteção ambiental e energia limpa (Califórnia, 2026).

Fatos como estes reforçam o protagonismo de entes subnacionais perante o retrocesso do governo federal no que concerne à proteção climática. Vale ressaltar, além disso, uma ação judicial movida por 23 estados, sendo liderada por Califórnia e Nova York, contra a revogação de uma conclusão científica que serve de base para regulamentações destinadas ao combate ao aquecimento global. “Em vez de ajudar os americanos a enfrentar nossa nova realidade, o governo Trump optou pela negação, revogando as proteções essenciais que são fundamentais para a resposta do governo federal às mudanças climáticas”, afirmou a procuradora-geral do estado de Nova York (Al Jazeera, 2026). A partir desta declaração e das demais evidências que corroboram este vácuo de ação e de institucionalidade deixado pelo governo republicano perante as demandas de luta contra o aquecimento global e a poluição, é possível ver a atuação dos governos subnacionais como uma tentativa de preencher este vazio,

visando mitigar a situação e, coletivamente, reafirmar o compromisso dos EUA (mesmo que representados por entes subnacionais) com o meio ambiente.

A política migratória do governo Trump também deve ser entendida para verificar as respostas e estratégias adotadas pela paradiplomacia dos governos subnacionais. Sabe-se que o seu primeiro governo foi marcado por uma política migratória com um intenso volume das ações voltadas contra os imigrantes. Sua administração propôs mais de 400 ações relacionadas à imigração entre 2017 e 2021, portanto, mostrando-se intensa em relação ao combate de imigrantes no país (Akindoyin; Ajibade; Oyewole, 2025). Antes de retornar ao poder, Trump garantiu a continuidade de sua política anti-imigração, reforçando a ideia de que “a imigração não era uma questão marginal, mas um foco central tanto da retórica de campanha quanto da agenda de governo de Trump, com implicações diretas para a política externa também” (Akindoyin; Ajibade; Oyewole, 2025, p. 114, tradução nossa). Desse modo, ao retornar ao poder em 2025, “(...) a política migratória (sob Trump) não foi meramente reativa a pressões internas, mas ativamente utilizada para estruturar relações internacionais, elevar certos aliados e penalizar ameaças percebidas ou estados não cooperativos.” (Akindoyin; Ajibade; Oyewole, 2025, p. 110, tradução nossa). Verifica-se, dessa forma, o uso da política migratória do país nas relações que os Estados Unidos mantêm com países do Sul, que tendem a ser pressionados a cooperar.

As autoridades americanas conduziram negociações para acordos de deportação com El Salvador, Guatemala, Honduras e México, utilizando instrumentos diplomáticos e econômicos. A Colômbia inicialmente recusou voos transportando migrantes venezuelanos, porém alterou sua postura diante de uma ameaça de sanções comerciais dos EUA (Akindoyin; Ajibade; Oyewole, 2025, p. 124, tradução nossa).

O condicionamento da política externa dos EUA, portanto, demonstra, a respeito das questões migratórias, um reforço da doutrina *America First*, haja vista a imposição dos interesses nacionais dos EUA na agenda migratória. Segundo Akindoyin, Ajibade e Oyewole (2025) a imigração foi implantada como ferramenta central de autoridade executiva, que afirma o controle soberano enquanto envia sinais inequívocos tanto para audiências domésticas quanto para governos estrangeiros, condicionando as relações bilaterais e multilaterais a negociações e conformidade migratória. Internamente, não obstante, o governo Trump anunciou que negaria financiamento federal a quaisquer estados que acobertassem governos locais resistentes às suas políticas de imigração, expandindo ameaças anteriores de cortar recursos às chamadas cidades-santuário (The Guardian, 2026). É possível verificar um comportamento que se repete em relação ao primeiro governo, haja vista que aquelas entidades subnacionais que resistiram às ordens federais são ameaçadas de ter seu

financiamento cortado. Como característica fundamental de seu governo, Trump consegue politizar e securitizar questões, utilizando-se de emoções negativas para conseguir respaldo em suas decisões. Dentro deste contexto, os imigrantes são enquadrados como os responsáveis pelo aumento da criminalidade do país. Em uma reação direta, prefeitos democratas de quatro grandes cidades afirmaram que o Congresso e o governo Trump estão exagerando a criminalidade cometida por imigrantes e atacando as chamadas “cidades-santuário” simplesmente para ganhar pontos políticos (PBS, 2025).

Vale salientar que Trump vem utilizando, de forma mais realçada, em seu segundo mandato, o *Immigration and Customs Enforcement*, ou ICE, para lograr êxito em seus objetivos de deportação de imigrantes, também promessa de campanha. A problemática surge quando “embora essas operações tenham resultado na apreensão de muitas pessoas sem status legal, elas também levaram à detenção de cidadãos americanos e imigrantes com status legal e geraram críticas generalizadas por suas táticas agressivas.” (Grant, 2026, n.p, tradução nossa). Nesse sentido, protestos realizados contra o ICE e suas operações passaram a ser observados ao redor do país. Mais que isso, governadores e prefeitos portaram-se como vozes contrárias à condução das operações da instituição, além do aval do governo federal para permiti-las. Por exemplo, o governador de Minnesota, Tim Walz, declarou que as ações do ICE deixaram de ser meras operações, pois são “operações brutais organizadas contra as pessoas do estado” (Grant, 2026, n.p, tradução nossa). O prefeito de Chicago, Brian Johnson, ao criticar as operações do ICE, chamou-as de “*enforcement* de imigração militarizado” (Brangham, 2025).

Por outro lado, vale mencionar que houve o apoio de governadores à condução de tais políticas. Estados como Texas, Flórida e Nevada, através de seus líderes, disseram que estarão dispostos a cooperar com a política anti-imigratória encabeçada pelo governo federal. Desse modo, verifica-se que as políticas do governo federal em relação à imigração são respondidas de diferentes formas pelos governos subnacionais. No entanto, aqueles atores que as criticam também tomam ações para proteger suas cidades ou estados por meio de ordens executivas, estabelecendo um confronto direto exposto na divergência na condução de políticas que visam combater os imigrantes ilegais. Por exemplo, o prefeito de Minneapolis, Jacob Frey, assinou uma ordem executiva proibindo quaisquer agências federais, estaduais ou locais de usar propriedades públicas como estacionamento, garagens ou rampas para operações de fiscalização da imigração (Minneapolis, 2025). Demonstra-se, assim, a atuação de entes subnacionais perante as ações tomadas pelo governo federal.

Não obstante, a política do governo Trump em relação à China, em seu primeiro mandato, foi conduzida sob uma perspectiva hostil, engendrando uma competição com um

dos principais parceiros comerciais do país. Ao retornar ao cargo de presidente em 2025, Trump procurou controlar a burocracia estatal de forma a torná-la fiel à sua agenda MAGA (*Make America Great Again*). Para isso, demitiu diversas pessoas, garantindo que os burocratas remanescentes cumprissem com o proposto por esta agenda, executando um processo de centralização (Zhao, 2026). Como consequência direta, a China passou a ser vista, durante o segundo mandato, somente como uma competidora econômica, não havendo espaços para críticas em relação ao sistema político chinês, ou seja, questões ideológicas foram postas à parte. Pode-se observar esta tendência ao perceber a condução de Trump em relação a Taiwan, por exemplo, ao expressar um papel “neutro” em relação ao apoio à ilha (Yoon; Mangan; Breuninger, 2026). A visão de Trump acerca do líder chinês, Xi Jinping, também é um ponto a ser realçado. Em seu segundo mandato, o republicano passou a tratá-lo

Não como um rival maléfico, mas como um outro líder forte que consolida o poder e adota uma postura firme no cenário global para defender os interesses nacionais da China (Zhao, 2026, p. 7, tradução nossa).

Isso implica uma mudança em relação ao primeiro mandato, em que a China era tratada com mais hostilidade por Washington. Não obstante, dinâmicas como a guerra comercial entre as duas nações voltaram a repetir-se. No entanto, neste novo momento, focou-se quase inteiramente na renegociação de arranjos comerciais e na busca pela dominância no Ocidente (Zhao, 2026). No entanto, apesar de questões ideológicas não assumirem mais o centro das relações sino-americanas, em abril de 2025, o presidente norte-americano anunciou o aumento das tarifas de importação chinesas para 145%, sendo respondido prontamente por Pequim com tarifas de 125% sobre os produtos estadunidenses, mostrando a capacidade de retaliação comercial da China. Evidenciou-se, dessa maneira, a natureza da relação entre as duas nações, em que a economia é utilizada como uma ferramenta para minar o crescimento dos países envolvidos nesta dinâmica. Além desta disputa comercial, vale ressaltar a crescente disputa tecnológica entre os dois países, além do embate pelo mercado de terras raras, que se tornou um ponto relevante durante este segundo mandato. Essas características acabam por dar o tom da dinâmica das relações sino-americanas, marcadas por uma investida seguida por um recuo por parte de Trump. Esta dinâmica, inclusive, gerou a alcunha TACO (*Trump Always Chicken Out*) para o presidente norte-americano. As tarifas, portanto, acabam gerando danos colaterais na economia norte-americana e mais especificamente, nos entes subnacionais. Observa-se o caso californiano:

O estado também está particularmente vulnerável a outros impactos econômicos decorrentes das tarifas, pois a China é o maior parceiro comercial da Califórnia, sustentando os setores de manufatura, agricultura, turismo e os principais portos de Los Angeles, Long Beach e Oakland (Koseff, 2025, n.p, tradução nossa).

Diante disto, o governador da Califórnia, Newsom, preencheu uma ordem judicial que buscava limitar o chefe do executivo a exercer seus poderes em matéria de tarifas. Illinois também reagiu, assinando uma ordem executiva que buscava recomendações para responder às tarifas que foram implementadas pelo presidente Donald Trump. “Esta ordem executiva garante que tenhamos uma visão clara do impacto que a ‘Crise de Trump’ causará, desde o aumento dos preços nos supermercados até a incerteza em nossas fazendas e fábricas” (Szalinski, 2025, n.p, tradução nossa).

4 BALANÇO GERAL

Haja vista o comportamento do governo federal em relação aos temas pandemia, migração, China e meio ambiente, o objetivo deste capítulo é fazer um balanço geral, relacionando o levantamento dos capítulos anteriores. Primeiramente, como explicitado no primeiro capítulo, o sistema político que impera nos EUA é o federalismo, que, por sua vez, irá ditar as competências dos entes subnacionais em sua atuação internacional, ou seja, a paradiplomacia. Como visto nos capítulos 2 e 3, o governo federal adotou medidas de política externa em diferentes áreas, as quais nem sempre agradam os atores subnacionais, por gerar um vácuo ou descontinuidade de políticas. Nesse sentido, o federalismo é um sistema político que não permite a atuação internacional livre dos entes subnacionais; essa liberdade é delimitada por restrições constitucionais, garantindo que as ações estaduais não entrem em conflito ou infrinjam as cláusulas da lei federal (Prado, 2013). Não obstante, as cidades e estados conseguiram, por outros meios, tomar ação perante as decisões de Washington. Verifica-se, por exemplo, a saída dos EUA de acordos multilaterais como o Acordo de Paris.

O presidente Trump, em janeiro de 2025, dentro de sua agenda de política externa, norteada por princípios como *America First*, declarou: “Vou me retirar imediatamente desse acordo climático de Paris injusto, unilateral e explorador. Os Estados Unidos não vão sabotar as próprias indústrias enquanto a China polui impunemente” (Earth.org, 2026, n.p, tradução nossa). Como expresso nos capítulos anteriores, atores subnacionais não apoiaram a decisão do chefe do executivo, passando a contestá-lo dentro dos limites constitucionais. Apesar do país ter saído do acordo multilateral, indicando que não seria um ator confiável para o cumprimento da agenda climática global, a paradiplomacia norte-americana conseguiu suprir parte deste vácuo deixado pelo executivo. Portanto, diferentes estados dos EUA uniram-se conjuntamente para expressar seu compromisso conjunto às pautas ambientais e ao multilateralismo.

Resultam desse processo organizações como a *U.S. Climate Alliance*, que representa mais da metade da população norte-americana. Além disso, os estados envolvidos nesta iniciativa declaram abertamente que, apesar de o governo federal não se mostrar disposto a participar desta governança climática global, demais atores, como países ou organizações, podem contar com sua participação ativa e colaboração. A coalizão bipartidária, portanto, apesar de não ter o respaldo da administração de Trump, segue progredindo em relação à agenda climática, o que coloca os atores subnacionais num patamar relevante a respeito do enfrentamento da crise climática, dado que os EUA são a segunda nação que mais emite gases de efeito estufa, atrás da China.

Vale ressaltar que a retirada intencional dos EUA da agenda climática global implica em desafios a serem percorridos pelos entes subnacionais no sentido do cumprimento da agenda. Não obstante, é possível visualizar que os estados produzem seus próprios dados de emissões de gases efeito estufa (*U.S. Climate Alliance*, 2026), além de progressivamente reduzirem o consumo de energia elétrica, priorizando fontes renováveis para suprir a diminuição de sua produção: “A frota a gás da Califórnia está em queda livre: a geração caiu 60% em relação ao mesmo período de 2024. A geração de energia solar aumentou 21% nesse intervalo.” (*U.S. Climate Alliance*, 2026, tradução nossa). Portanto, apesar de não estar inserido formalmente na agenda climática global, em virtude dos direcionamentos das relações exteriores do país, é possível perceber que as ações locais dos agentes subnacionais convergem com esta agenda. Portanto, o vácuo deixado pela administração federal é preenchido, mesmo que parcialmente, pela prática da paradiplomacia.

O quadro disposto acima, não obstante, foi possibilitado por questões ideológicas emanadas pelo governo republicano. A pauta climática, portanto, não é conduzida por um debate técnico, mas sim por motivações das crenças da administração federal. Percebe-se, ao analisar o discurso do presidente na retirada oficial dos EUA do Acordo de Paris, o populismo tomando ação para justificar suas decisões.

O Acordo Climático de Paris é simplesmente o exemplo mais recente de Washington firmando um acordo que prejudica os Estados Unidos em benefício exclusivo de outros países, deixando que os trabalhadores americanos (a quem eu adoro) e os contribuintes arquem com o custo em termos de perda de empregos, salários mais baixos, fábricas fechadas e produção econômica drasticamente reduzida (Estados Unidos, 2017, n.p, tradução nossa).

Ao analisar o discurso do presidente sobre a retirada dos EUA do acordo climático, é possível visualizar uma distinção entre “nós” e “eles”. Do excerto, é possível observar esta narrativa se cristalizando quando Trump afirma que “nós, os trabalhadores americanos, contribuintes, perdemos empregos, temos nossas fábricas fechadas e produção reduzida”, enquanto “eles, os outros países, se beneficiam à nossa custa”. A elite corrupta, neste caso, são as outras nações que se beneficiam do acordo em detrimento da perda de potencial dos Estados Unidos. Além disso, como explicitado no capítulo 1, a extrema-direita caracteriza-se pela desconfiança em relação às instituições. Segundo esta lógica, é observada esta tendência na pauta ambiental, pois, como dito no capítulo 2, houve dismantelo institucional de agências voltadas para o meio-ambiente. Também foi comentado sobre a nomeação de Scott Pruitt para chefiar a *Environment Protection Agency* (EPA), um crítico da organização e um dos advogados mais ativos contra a proteção ambiental (Globo, 2017).

Já no seu segundo mandato, foram observadas a remoção sistemática de referências climáticas dos *websites* federais, a suspensão dos dispositivos da Lei de Redução de Inflação (voltados para a proteção ambiental), além de cortes financeiros para instituições como a *USAID*. O ceticismo institucional, portanto, é uma característica presente em ambos os governos, operando como o motor ideológico que justificou o desmantelamento do aparato regulatório e científico federal. Ao transmutar crises compartilhadas em arenas de conflito cultural (política ambiental como uma arena de conflito) e ao minar os pilares do liberalismo internacional (promovendo a descrença no multilateralismo), essa desconfiança abriu um vácuo de governança que acabou por impulsionar o protagonismo e a independência da ação externa dos entes subnacionais.

Além da questão ambiental, vale salientar o papel da administração republicana no combate à crise sanitária do COVID-19. Primeiramente, visualizam-se na condução da crise, características como o cinismo institucional e descrença em instituições multilaterais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e suas recomendações. O populismo emanado pela administração republicana entra em cena ao verificar a narrativa de que “eles”, as instituições internacionais, como a OMS, e outros países, como a China, usurpam os EUA, enquanto “nós”, estadunidenses, “pagamos o preço”.

A China exerce controle total sobre a Organização Mundial da Saúde, apesar de contribuir com apenas US\$ 40 milhões por ano, em comparação com o que os Estados Unidos vêm contribuindo, que é de aproximadamente US\$ 450 milhões por ano. (Estados Unidos, n.p, 2020)

Além disso, pode-se argumentar que esta percepção do presidente à época a respeito da OMS é um reflexo da extrema-direita. O cinismo quanto às instituições internacionais, como dito anteriormente, é uma característica deste grupo. O chefe do executivo, portanto, ao afirmar que a China exerce controle total sobre a instituição, está indiretamente afirmando que não confia nela. A OMS é uma instituição internacional multilateral, em que diferentes atores tomam participação na construção de coordenação da saúde internacional dentro do sistema das Nações Unidas (OMS, 2026).

O federalismo, dentro deste contexto, assume um importante papel para compreender as ações dos entes subnacionais. A política externa dos EUA, conduzida pelo governo federal, passou a ter os direcionamentos expostos no primeiro capítulo, em que a desconfiança com as instituições internacionais, o negacionismo científico, além da hostilidade perante Pequim foram características constantes. Nesse sentido, é visível que a paradiplomacia entrou em conflito direto com o direcionamento da política externa norte-americana. Ao verificar a

compra de máscaras, luvas, óculos de proteção e respiradores vindos da China pelo governador de Illinois, Pritzker, essa dinâmica concretiza-se, uma vez que a administração federal seguia uma política de distanciamento da China no contexto da pandemia, impedindo o desembarque de voos vindos diretos do país asiático, entre outras medidas. No entanto, como apontado ao longo da discussão, a administração Trump e suas escolhas criaram um vácuo, que foi preenchido pelos atores subnacionais, mesmo que isto tenha resultado num conflito entre a administração central e os entes subnacionais.

Os conflitos, não obstante, também são observados em relação à China. A relação de Washington com Pequim, em ambos os mandatos do presidente Donald Trump, é marcada por conflitos e disputas. As duas nações mais poderosas do planeta competem em termos econômicos, tecnológicos e geopolíticos, portanto, o cenário descrito é justificativa para o condicionamento da política externa dos EUA. Observa-se, no primeiro mandato, uma abordagem mais hostil de Trump em relação a Pequim, fato que não se repete na mesma intensidade em seu segundo mandato. Apesar desta realidade, é possível ver que a condução da política externa norte-americana em relação a Pequim é permeada pelo paradigma “amigo-inimigo”. Em diferentes momentos, o chefe do executivo dos EUA tentou culpabilizar a China pelo fracasso interno do país. Em maio de 2020, o presidente declarou:

O padrão de conduta imprópria da China é bem conhecido. Há décadas, eles vêm explorando os Estados Unidos como ninguém jamais fez antes. Centenas de bilhões de dólares por ano foram perdidos nas relações comerciais com a China, especialmente ao longo dos anos do governo anterior. (Estados Unidos, 2020, tradução nossa).

Seguindo essa lógica, Trump engajou o país em uma guerra comercial nos dois momentos como presidente e, nas duas ocasiões, os entes subnacionais foram afetados pelas decisões tomadas pelo governo federal. Dessa forma, é possível verificar diferentes reações vindas dos entes subnacionais. Como explicitado no segundo capítulo, estados como o Colorado, ao serem atingidos pela guerra comercial com a perda da competitividade de suas produções e excedente de estoque, os atores do setor agrícola buscaram outros parceiros não envolvidos em um contencioso com Washington. Ao mesmo tempo, a Califórnia buscou criar um novo comitê interinstitucional para buscar os seus interesses no exterior, apontando para uma divergência em relação ao governo federal. Além disso, no contexto da pandemia, Illinois realizou compras de suprimentos para o enfrentamento da crise sanitária diretamente com Pequim. São visíveis, portanto, reações dos entes subnacionais que divergem do direcionamento da administração federal em relação à condução das relações exteriores com a China. No segundo mandato, não obstante, a atuação internacional dos entes subnacionais

mantém-se relevante, com o governador Newsom (Califórnia), que realizou viagens oficiais para a China e encontrou-se com Xi Jinping para discutir questões climáticas. Além disso, o mesmo governador atuou de forma a processar a administração federal pelo engajamento na guerra tarifária com Pequim. Este tipo de ação é relevante ao compreender que existe um movimento de resistência por parte dos entes subnacionais em desviar dos “obstáculos” postos pela administração federal. Portanto, por mais que, oficialmente, as relações sino-americanas estejam tensionadas, envoltas em um contexto de guerra tarifária, disputas tecnológicas e geopolíticas, atores subnacionais, como a Califórnia, buscam alternativas para dar prosseguimento a uma relação menos tensionada.

Não obstante, foi apontado ao longo deste estudo que as ações oficiais do governo em torno da pauta migratória foram tomadas seguindo um direcionamento específico. A doutrina *America First* condiciona a agenda migratória federal ao estabelecer que os interesses nacionais norte-americanos são supremos, tornando a existência ou o impacto sobre os demais atores irrelevantes para Washington, o que anula qualquer princípio de responsabilidade compartilhada sobre o fenômeno. Esta ideia fica clara ao verificar a pressão imposta pelos EUA em outros países, como Colômbia, México, El Salvador, Guatemala e Honduras (Akindoyin; Ajibade; Oyewole, 2025). Dentro do contexto interno, também foi vista uma relação de tensionamento entre o governo federal e os entes subnacionais, como Nova York, Minneapolis, Minnesota e Chicago. Além deste tensionamento, a coalização *Cities for Action* (C4A) também se posicionou em relação à condução de agenda migratória por parte do governo Trump. É importante notar que, apesar dos limites constitucionais impostos na atuação internacional dos entes subnacionais, os mesmos ainda tentam resistir à agência da administração federal por meio de algumas estratégias.

Portanto, é importante notar, desta forma, que foi possível cumprir com o objetivo de identificar as estratégias paradiplomáticas adotadas pelos governos subnacionais dos EUA em resposta à agenda de política externa do governo nacional. Ao longo do trabalho foi possível verificar ações como: formação de coalizões e alianças interestaduais, batalhas jurídicas, políticas de resistência local (como a preservação de cidades santuário), uso da burocracia paradiplomática e sua institucionalização, fortalecimento, uso do seu poder financeiro/poder de compra (caso da pandemia), diplomacia paralela e busca por novos parceiros comerciais. Ações como a criação e atuação da *U.S. Climate Alliance* ou *Western States Pact* ilustram o primeiro ponto. Além disso, as ações de processar a administração federal vindas de De Blasio ou Newsom demonstram a habilidade dos entes subnacionais de conter o avanço de políticas do governo federal por meio de batalhas jurídicas. A criação de comitês

interinstitucionais por parte do governo da Califórnia também demonstra uma estratégia paradiplomática para mitigar a crise política. No contexto da pandemia, foi observada a habilidade dos entes subnacionais de negociarem a compra de insumos médicos para a mitigação da crise sanitária, o que foi uma importante estratégia adotada. Outrossim, as viagens internacionais de governadores como Newsom demonstram uma tentativa de diplomacia paralela. Logo, existe um rol de ações paradiplomáticas tomadas dentro deste contexto de crise política, o que vem sendo observado em ambas administrações estudadas.

CONCLUSÃO

Dessa forma, com base no exposto nos capítulos anteriores, é possível verificar o funcionamento da paradiplomacia nos Estados Unidos sob a administração de Donald Trump. O presente trabalho procurou investigar como crises políticas domésticas (compreendidas aqui como as divergências políticas entre as diretrizes da esfera federal e a atuação dos governos subnacionais) impactaram a atuação paradiplomática de estados e municípios norte-americanos durante os governos Trump I e II. Para responder a essa questão, a pesquisa revisou a literatura sobre a política externa do período, recorrendo aos referenciais teóricos do populismo e da extrema-direita para compreender a formulação da agenda executiva federal e o seu subsequente tensionamento com a ordem subnacional.

Metodologicamente, optou-se por não realizar uma análise comparada formal, mas sim mapear e compreender as ações de governos estaduais e municipais dentro dos recortes temáticos de meio ambiente, pandemia, relações exteriores com a China e migração. Embora os casos admitam aprofundamentos futuros, a abordagem adotada permitiu evidenciar os diferentes padrões de reação subnacional frente ao governo central. No campo migratório, observou-se uma atuação marcada pela contestação normativa e recusa de cooperação com órgãos federais, traduzida no fortalecimento de cidades-santuário (*sanctuary cities*). Já na pauta ambiental, a reação subnacional estruturou-se predominantemente por meio da coordenação horizontal em redes e alianças de governança climática (como a *U.S. Climate Alliance*), visando garantir a continuidade dos compromissos internacionais. Além disso, em relação ao relacionamento entre Washington e Pequim, os atores subnacionais criaram mecanismos, comitês interinstitucionais e buscaram diversificar parcerias para proteger setores agrícolas e tecnológicos locais. Finalmente, na questão relacionada à pandemia, foi observado a aquisição direta de insumos e vacinas frente à pobre coordenação da crise sanitária pelo governo federal.

Além disso, notou-se um padrão de resposta dos entes subnacionais dos EUA que se repete em outros contextos de crise política, como o brasileiro. Observa-se que, durante a gestão de Jair Bolsonaro, construiu-se uma conjuntura análoga que impulsionou os entes subnacionais no Brasil a formarem coalizões e consórcios (a exemplo da Coalizão de Governadores pelo Clima e do Consórcio Brasil Verde) em prol de políticas comprometidas com a agenda climática global (Albuquerque, 2025). Esse movimento evidencia que, em ambos os contextos, as unidades subnacionais passaram a atuar para preencher o vácuo ocasionado pela ruptura da política externa dos países com as agendas internacionais importantes, como o meio ambiente e a pandemia, por exemplo. Nesse sentido, quando um

governo central retira-se ou não participa ativamente de fóruns multilaterais (como os EUA retirando-se do acordo de Paris ou o não comparecimento de Jair Bolsonaro às Conferências das Partes — COP) (CNN Brasil, 2021), é gerada uma crise de representatividade do país em relação à agenda afetada. Logo, as unidades subnacionais do país tendem a dar continuidade à agenda de forma a mitigar a baixa participação do governo federal nessa. Isto é particularmente relevante, pois abre a possibilidade de novas agendas de pesquisa que tentam compreender o impacto de crises políticas na paradiplomacia de um país de forma comparada. Em suma, ao demonstrar a capacidade de agência de estados e municípios diante da polarização e das crises no Executivo federal, o trabalho pavimenta o caminho para que futuros pesquisadores investiguem as reações dos entes subnacionais em contextos de crise política de forma comparada.

Por fim, o presente estudo realizou a singela tentativa de contribuir para o desenvolvimento do campo do estudo da paradiplomacia ao identificar as reações de entes subnacionais no contexto de crise política.

REFERÊNCIAS

- AKINDOYIN, David; AJIBADE, Toyosi; OYEWOLE, Samuel. Trump's Immigration Policy and United States Foreign Relations. In: ISIKE, Christopher; OYEWOLE, Samuel (org.). **African Perspectives on Trump 2.0: United States Foreign Policy and the New World (Re)Order**. v. 1. Pretoria: Emerging Scholar Initiative (ESI) Press, 2025/2026.
- AL JAZEERA. US states file lawsuit challenging Trump's revocation of climate finding. **Al Jazeera**, 19 mar. 2026. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2026/3/19/us-states-file-lawsuit-challenging-trumps-revocation-of-climate-finding>. Acesso em: 23 jul. 2026.
- ALBUQUERQUE, Larissa Aguiar. **A atuação paradiplomática dos entes subnacionais do Brasil e dos Estados Unidos na pandemia: um estudo de casos comparados**. 2025. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2025.
- ASHBEE, Edward; HURST, Steven. The Trump administration and China: policy continuity or transformation? **Policy Studies**, v. 42, n. 5-6, p. 720–737, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/01442872.2021.1919299>.
- BÖLLER, Florian; WIEDEKIND, Jakob. The Declining Reliability of U.S. Foreign Policy and its Domestic Sources Under Trump II. **Zeitschrift für Außen- und Sicherheitspolitik**, v. 18, p. 577-587, 2025. DOI: 10.1007/s12399-025-01075-0.
- BOMBERG, Elizabeth. The environmental legacy of President Trump. **Policy Studies**, v. 42, n. 5-6, p. 628-645, 2021. DOI: 10.1080/01442872.2021.1922660.
- BRANGHAM, William. ICE escalates aggressive raids in Chicago as Trump moves to deploy National Guard. **PBS NewsHour**, 9 out. 2025. Disponível em: <https://www.pbs.org/newshour/show/ice-escalates-aggressive-raids-in-chicago-as-trump-moves-to-deploy-national-guard>. Acesso em: 23 jul. 2026.
- BRITANNICA. 2025–26 Minnesota ICE Deployment. In: **ENCYCLOPAEDIA Britannica**. [S. l.]: Encyclopaedia Britannica, 2026. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/2025-26-Minnesota-ICE-Deployment>. Acesso em: 23 jul. 2026.
- CALIFORNIA. California and European Commission discuss cooperation to accelerate the global transition to a carbon-neutral, resilient, and equitable future. **Office of Governor Gavin Newsom**, Sacramento, 23 mar. 2026. Disponível em: <https://www.gov.ca.gov/2026/03/23/california-and-european-commission-discuss-cooperation-to-accelerate-the-global-transition-to-a-carbon-neutral-resilient-and-equitable-future/>. Acesso em: 23 jul. 2026.
- CALIFORNIA. Governor Newsom launches UK climate partnership, welcomes nearly \$1 billion Octopus Energy clean tech commitment. **Office of Governor Gavin Newsom**, Sacramento, 16 fev. 2026. Disponível em: <https://www.gov.ca.gov/2026/02/16/governor-newsom-launches-uk-climate-partnership-welcomes-nearly-1-billion-octopus-energy-clean-tech-commitment/>. Acesso em: 23 jul. 2026.

CASSIDY, John. Trump's Coronavirus Response Has Single-Handedly Created a New Federalism. **The New Yorker**, 13 abr. 2020. Disponível em: <https://www.newyorker.com/news/our-columnists/trump-has-single-handedly-created-a-new-federalism>. Acesso em: 23 jul. 2026.

CNBC. Trump says China and Taiwan should 'both cool it'. **CNBC**, 15 maio 2026. Disponível em: <https://www.cnn.com/2026/05/15/trump-china-xi-taiwan.html>. Acesso em: 23 jul. 2026.

CNN. How cities across the US are preparing for Trump's immigration crackdown. **CNN**, 21 jan. 2025. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2025/01/21/us/immigration-trump-state-policy-ice/index.html>. Acesso em: 23 jul. 2026.

CNN BRASIL. Em discurso para COP26, Bolsonaro diz que Brasil é parte da solução climática. **CNN Brasil**, 1 nov. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/em-discurso-para-cop26-bolsonaro-diz-que-brasil-e-parte-da-solucao-climatica/>. Acesso em: 23 jul. 2026.

CNN BRASIL. Trump ataca governadores por escassez de testes. **CNN Brasil**, Internacional, 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/trump-ataca-governadores-por-escassez-de-testes/>. Acesso em: 23 jul. 2026.

EARTH.ORG. A Race to the Bottom: US officially leaves Paris Climate Agreement. **Earth.Org**, 5 nov. 2020. Disponível em: <https://earth.org/a-race-to-the-bottom-us-officially-leaves-paris-climate-agreement/>. Acesso em: 23 jul. 2026.

ELAZAR, Daniel J. Contrasting Unitary and Federal Systems. **International Political Science Review**, v. 18, n. 3, p. 237-251, jul. 1997. DOI: 10.1177/019251297018003002.

ESTADOS UNIDOS. The White House. Remarks by President Trump on Actions on China. **Washington, DC: The White House**, 29 maio 2020. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/remarks-president-trump-actions-china/>. Acesso em: 23 jul. 2026.

ESTADOS UNIDOS. The White House. Statement by President Trump on the Paris Climate Accord. **Washington, DC: The White House**, 1 jun. 2017. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/statement-president-trump-paris-climate-accord/>. Acesso em: 23 jul. 2026.

G1. Trump vai retirar formalmente os EUA da OMS, diz agência. **G1**, Mundo, 7 jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/07/07/trump-vai-retirar-formalmente-os-eua-da-oms-diz-agencia-ghtml>. Acesso em: 23 jul. 2026.

GLOBO. O Defensor dos poluidores. **Época**, 19 jan. 2017. Disponível em: <https://epoca.globo.com/mundo/noticia/2017/01/o-defensor-dos-poluidores.html>. Acesso em: 23 jul. 2026.

GRANT, Melissa. ICE's aggressive enforcement sparks backlash in Minnesota. **The Nation**, fev. 2026. Disponível em: <https://www.thenation.com>. Acesso em: 23 jul. 2026.

GREEN, Miranda. States build bipartisan coalition on climate after Trump's Paris exit. **The Hill**, Washington, D.C., 2019. Disponível em: <https://thehill.com>. Acesso em: 23 jul. 2026.

GROVES, Hannah. A year into Trump's trade turmoil, an iconic California industry struggles to resist. **CalMatters**, Economy, 5 abr. 2019. Disponível em: <https://calmatters.org/economy/2019/04/trump-trade-california-impact-wine-almonds-mexico-china/>. Acesso em: 23 jul. 2026.

KLEBNIKOV, Sergei. Illinois Governor Secretly Flew Medical Supplies From China To Avoid Trump Administration Confiscation. **Forbes**, Business, 20 abr. 2020. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/sergeiklebnikov/2020/04/18/illinois-gov-pritzker-secretly-bought-medical-supplies-from-china-and-the-white-house-is-not-happy/>. Acesso em: 23 jul. 2026.

KNUCKEY, Jonathan; HASSAN, Komysa. Authoritarianism and support for Trump in the 2016 presidential election. **The Social Science Journal**, v. 59, p. 1-14, 2022.

KOSEFF, Alexei. Newsom takes Trump to court over 'unlawful' tariff powers. **CalMatters**, Politics, 16 abr. 2025. Disponível em: <https://calmatters.org/politics/2025/04/california-trump-tariffs-lawsuit/>. Acesso em: 23 jul. 2026.

MCMILLAN, Samuel Lucas. Subnational foreign policy actors: How and why governors participate in U.S. foreign policy. **Foreign Policy Analysis**, v. 4, n. 3, p. 227-253, jul. 2008.

MINNEAPOLIS. Frey signs Executive Order protecting City parking lots from immigration enforcement use. **City of Minneapolis**, 3 dez. 2025. Disponível em: <https://www.minneapolismn.gov/news/2025/december/mayor-executive-order/>. Acesso em: 23 jul. 2026.

MOTTA, Bárbara Vasconcellos de Carvalho; FORNER, Clarissa Nascimento; MILANI, Livia Peres. **Political extremism and hegemonic crisis: the case of far-right militias in the United States**. Revista Carta Internacional, p. 1-23, 2023. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/issue/view/55>. Acesso em: 2 set. 2025.

MUDDE, Cas. **A extrema direita hoje**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. **Populismo**: uma brevíssima introdução. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

NAHMIAS, Laura. De Blasio vows to sue Trump over sanctuary city funding threat. **Politico**, 25 jan. 2017. Disponível em: <https://www.politico.com/states/new-york/albany/story/2017/01/de-blasio-response-sanctuary-cities-exec-order-109048>. Acesso em: 23 jul. 2026.

PEDRAZZA, Jorge Morales. **The Main Successes and Failures of the Trump Administration's Foreign and Domestic Policies**. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2022.

PIFER, Rebecca. 7 Northeast states form purchasing coalition for PPE, medical supplies. **Healthcare Dive**, 4 maio 2020. Disponível em: <https://www.healthcaredive.com/news/7-states-team-up-to-buy-5b-in-medical-equipment-supplies-for-covid-19/577263/>. Acesso em: 23 jul. 2026.

PRADO, Débora Figueiredo Mendonça do. **Federalismo e política internacional: os conflitos entre a União e os governos estaduais nos Estados Unidos**. 2013. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

ROBBINS, Liz. Outraged Mayors Vow to Defy Trump's Immigration Order. **The New York Times**, 25 jan. 2017. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/01/25/nyregion/outraged-mayors-vow-to-defy-trumps-immigration-order.html>. Acesso em: 23 jul. 2026.

SANTANA, Rebecca; SULLIVAN, Tim. WATCH: Boston, Chicago, Denver and NYC mayors testify before Congress on 'sanctuary cities'. **PBS News**, Politics, 5 mar. 2025. Disponível em: <https://www.pbs.org/newshour/politics/watch-live-mayors-testify-before-congress-on-sanctuary-cities>. Acesso em: 23 jul. 2026.

SUN, Yixian; YE, Yitong. Global climate governance remains resilient under Trump 2.0. **Global Public Policy and Governance**, v. 5, n. 4, p. 353-366, 2025. DOI: 10.1007/s43508-025-00131-x.

SZALINSKI, Ben. Pritzker signs executive order responding to impact of tariffs on Illinois. **Capitol News Illinois**, Springfield, 14 jul. 2025. Disponível em: <https://capitolnewsillinois.com/news/pritzker-signs-executive-order-responding-to-impact-of-tariffs-on-illinois/>. Acesso em: 23 jul. 2026.

THE COLORADO SUN. Colorado corn farmers hit hard by Chinese tariffs, trade war. **The Colorado Sun**, 7 out. 2019. Disponível em: <https://coloradosun.com/2019/10/07/colorado-corn-farmers-chinese-tariffs-impact/>. Acesso em: 23 jul. 2026.

WEINER, Justus Reid. The Friend-Enemy Distinction in Donald Trump's Foreign Policy. **Journal of International Law and Foreign Affairs**, v. 24, p. 85-110, 2020.

WOJCZEWSKI, Thorsten. Populism, foreign policy, and world order: The case of Trump's populism. **International Affairs**, v. 96, n. 3, p. 593–611, 2020.

WTTW NEWS. Flatter or Fight? Governors Seeking Help Must Navigate Trump. **WTTW News**, 27 mar. 2020. Disponível em: <https://news.wttw.com/2020/03/27/flatter-or-fight-governors-seeking-help-must-navigate-trump>. Acesso em: 23 jul. 2026.

ZHAO, Suisheng. The Rise and Fall of a New Cold War: The US–China Great Power Rivalry from President Trump I to II. **Journal of Contemporary China**, publicado on-line em 7 jan. 2026. DOI: 10.1080/10670564.2025.2601433. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/10670564.2025.2601433>. Acesso em: 23 jul. 2026.

ZUO-KOM, Kibang Cedrick. Trump 2.0, Personality and Power: Assessing Trump's Foreign Policy in a Multipolar World Order. **The Thinker**, v. 106, n. 1, p. 30-38, 2026. DOI: 10.36615/vpvx5z28.